

**Região Administrativa
de Franca**



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000
Índice Paulista de Responsabilidade Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Esta Casa é Sua

**Mesa Diretora da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo**

Presidente

Deputado Sidney Beraldo

1º Secretário

Deputado Emidio de Souza

2º Secretário

Deputado José Caldini Crespo

1º Vice-Presidente

Deputado Roque Barbieri

2º Vice-Presidente

Deputado Ary Fossen

3º Secretário

Deputado Marquinho Tortorello

4º Secretário

Deputada Maria Lúcia Prandi

UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Emidio de Souza
1º Secretário

Deputado José Caldini Crespo
2º Secretário



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento

Andrea Sandro Calabi

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira – interina

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

Diretora Adjunta de Produção de Dados

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

Chefia de Gabinete

José Max Reis Alves

Conselho de Curadores

Andrea Sandro Calabi (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar no *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo
Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade

Felícia Reicher Madeira

Diretora Executiva da Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9
Região Administrativa de Franca, 19

Municípios

Aramina, 25
Batatais, 27
Buritizal, 29
Cristais Paulista, 31
Franca, 33
Guará, 35
Igarapava, 37
Ipuã, 39
Itirapuã, 41
Ituverava, 43
Jeriquara, 45
Miguelópolis, 47
Morro Agudo, 49
Nuporanga, 51
Orlândia, 53
Patrocínio Paulista, 55
Pedregulho, 57
Restinga, 59
Ribeirão Corrente, 61
Rifaina, 63
Sales Oliveira, 65
São Joaquim da Barra, 67
São José da Bela Vista, 69

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,¹ para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

Quadro 1
Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e

Quadro 2
Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Nota: Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* refe-
ridos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz
respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores
foram empregados para a construção de grupos homogêneos de
municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise
multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as es-
calas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discre-
tas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica,
considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa,
Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, defini-
ram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabele-
cimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os
limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS es-
tão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os
adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, prin-
cipalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análi-
ses comparativas entre os grupos mas não entre os municípios –
deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na
de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos
os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites
adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aque-
les grupos.

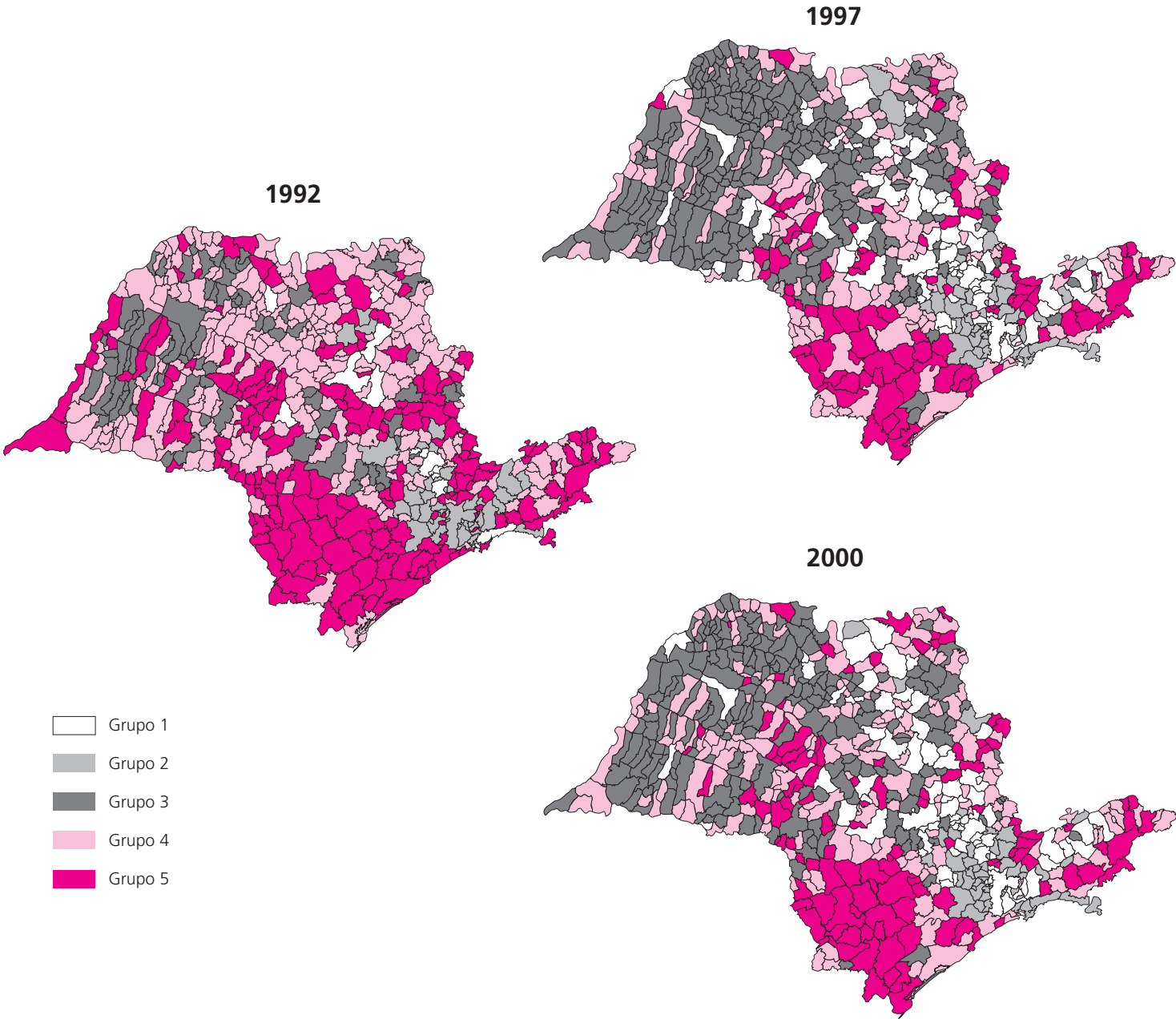
A partir das combinações das escalas das três dimensões, reali-
zadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral,
empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

Grupo 1 – incorpora os municípios localizados ao longo dos
principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presi-
dente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os
81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de
habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior
dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes
municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto
e os municípios do ABC), além de outros com importante dimen-
são econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru,
Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo
associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indica-
dores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maio-
res, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas
populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais
agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade
apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia
Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existen-
tes no interior da Região Administrativa de Campinas.

Grupo 2 – corresponde aos municípios que, embora com
níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indi-
cadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas me-
tropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui ape-
nas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de
habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

Mapa 1
Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

Grupo 3 – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

Grupo 4 – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5 – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

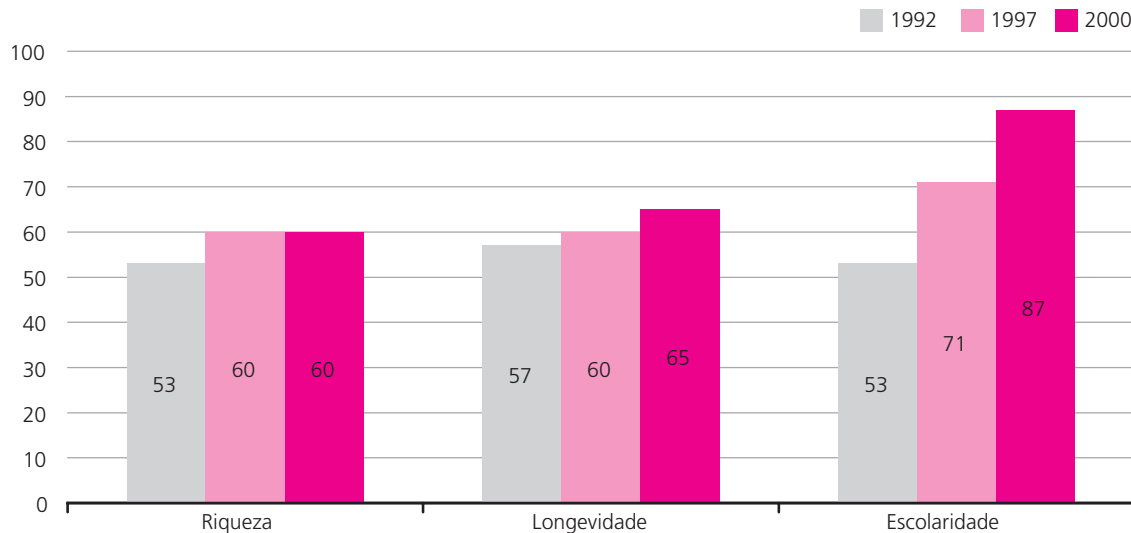
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e o dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997² e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

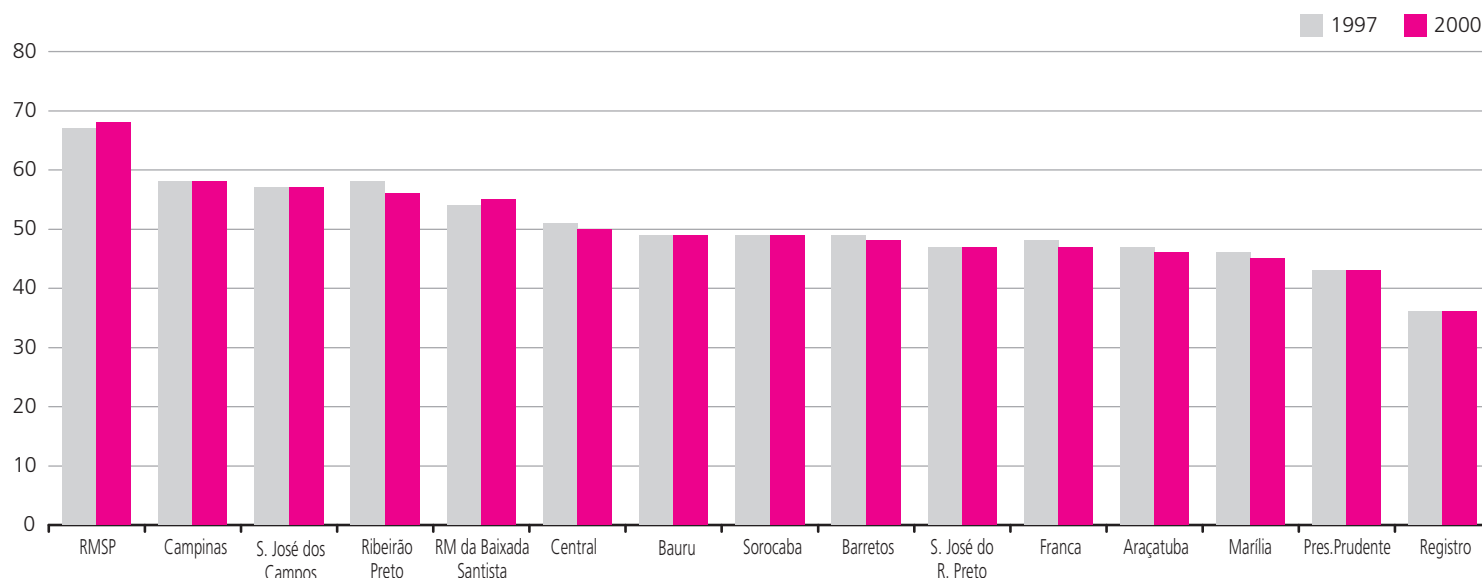
Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,³ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

² Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

³ As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

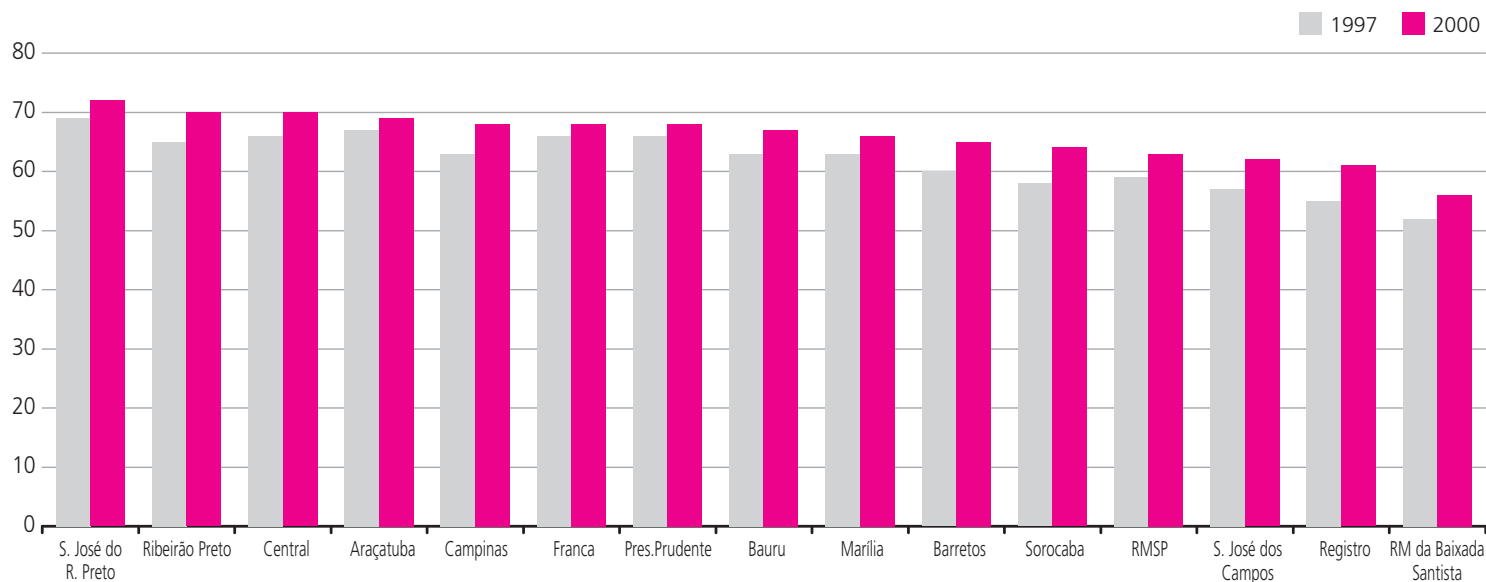
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,⁴ a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

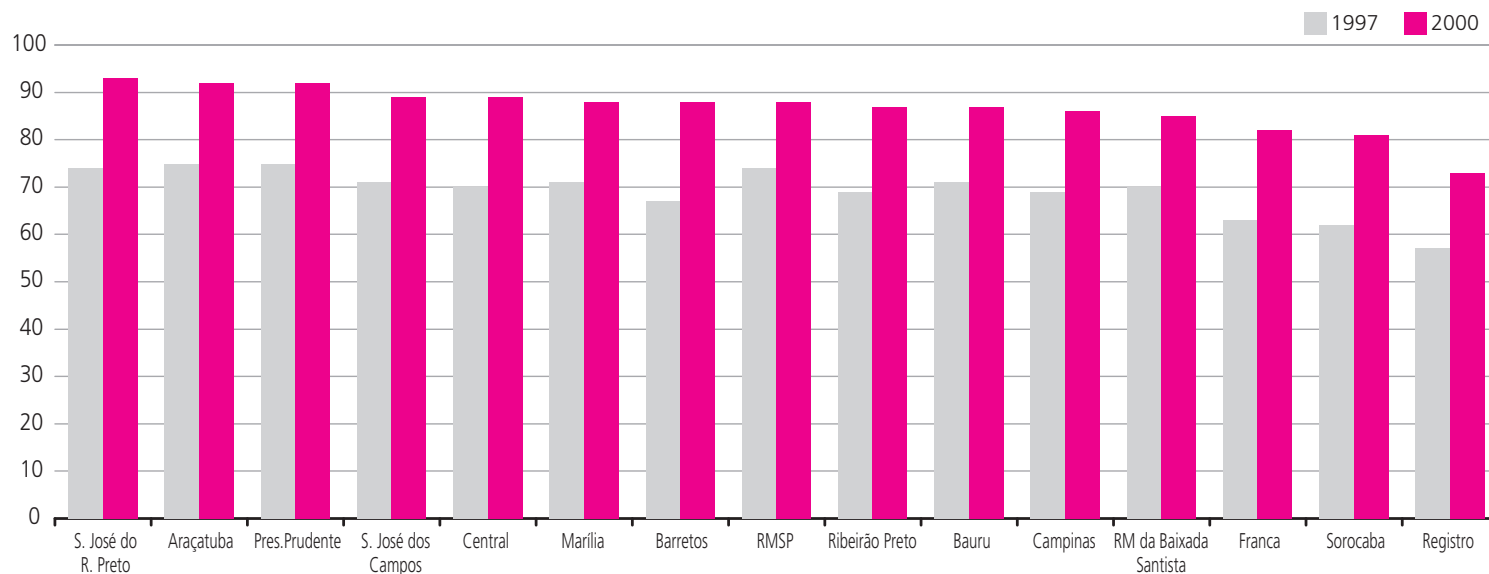
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),⁵ que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

⁴ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁵ Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,⁶ como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.⁷ Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11^a na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

6 Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.
7 Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA

População e território

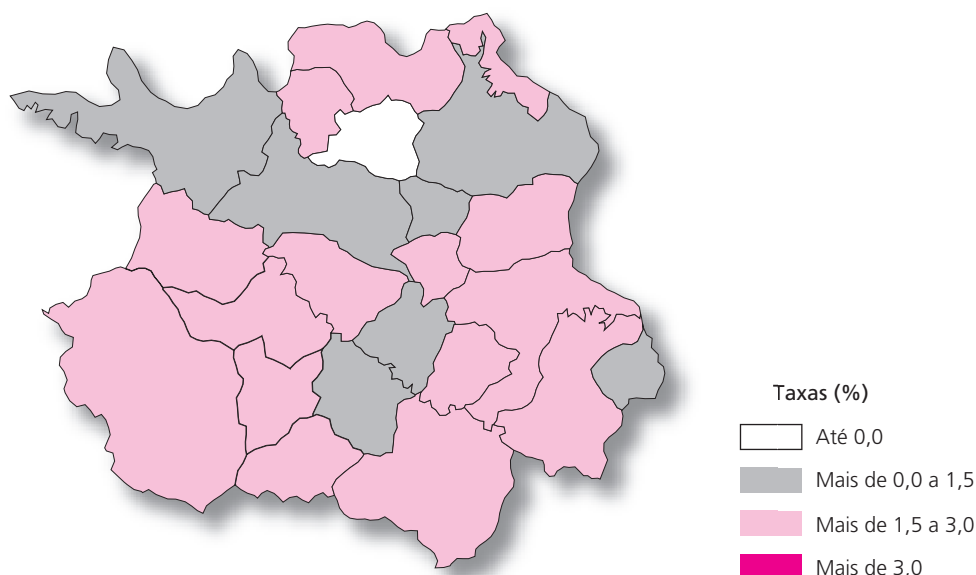
A Região Administrativa de Franca, localizada a nordeste do Estado de São Paulo, é composta por 23 municípios que abrigam 639.463 habitantes em uma área de 10.380 km². Trata-se de um pólo economicamente dinâmico, favorecido por sua localização entre os três maiores centros econômicos do país: São Paulo; Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Foi uma região desbravada no início do século XVIII por bandeirantes paulistas e posteriormente colonizada por habitantes vindos, principalmente, do sul de Minas Gerais, que trouxeram a criação de gado e a implantação das primeiras lavouras.

Atualmente, é uma das regiões com menor população do Estado, estando à frente somente das regiões administrativas de Barretos e Registro. Sua densidade populacional é de 61,6 habitantes/km², sendo que os municípios mais densamente povoados são Franca (502,9 hab./km²), São Joaquim da Barra (128,2 hab./km²) e Orlândia (119,1 hab./km²). Os demais apresentam densidade entre 13,7 hab./km², como Buritizal, e 60,9 hab./km², como Batatais.

A população da Região Administrativa de Franca cresceu 1,9% ao ano, entre 1991 e 2002, a quinta maior taxa de crescimento das regiões paulistas. Foram nos municípios de Morro Agudo (2,0% a.a.), Ribeirão Corrente (2,1% a.a.), Sales Oliveira (2,3% a.a.), Franca (2,4% a.a.) e Restinga (2,7% a.a.) onde ocorreram as maiores taxas de incremento populacional. Somente em Ipuã, Jiquara e Pedregulho a população aumentou menos de 1% ao ano, chegando a diminuir em Buritizal (-4% ao ano). Os demais municípios registraram expansão entre 1% e 2% ao ano, próximas à taxa de crescimento vegetativo do Estado (1,5% ao ano).

Nos municípios com mais de 50 habitantes/km², os índices de saneamento são bastante satisfatórios. Igarapava, com 55,2 hab./km², apresenta os menores índices: o abastecimento de água atende a 97,1% das unidades residenciais, a captação de esgoto, a 95,93% e a coleta de lixo, a 97,7% dos domicílios. Já o município de Orlândia (119,1 hab./km²) registra os melhores índices, com 99,8% das unidades residenciais abastecidas por água, 99,5% servidas pela rede de esgoto e 99,8% atendidas pela coleta de lixo. Nos municípios menos densamente povoados

Taxa Anual de Crescimento Populacional
RA de Franca
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

(Buritizal, Cristais Paulista, Morro Agudo, Nuporanga, Patrocínio Paulista e Rifaina), os índices de saneamento estão entre 98,4% e 99,9% dos domicílios atendidos nas três categorias.⁸

Economia

O município de Franca, sede da região administrativa, é reconhecido internacionalmente pelo seu desempenho na indústria calçadista, concentrando 6% da produção nacional de calçados e exportando a maior parte deste montante. Aos fabricantes de calçados estão ligados também fornecedores de insumos, fabricantes de equipamentos, exportadores e prestadores de serviços, cujas atividades dinamizam a economia local. Franca emprega 51.152 trabalhadores formais na indústria, no comércio, na prestação de serviços e na agricultura, sendo o setor industrial responsável por pouco mais da metade desses empregos.

Em Buritizal, a indústria também é a maior empregadora. O setor de serviços contrata maior número de trabalhadores em municípios como Aramina, Batatais, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Miguelópolis, Restinga e Ribeirão Corrente. Já em Orlandia, Morro Agudo e Sales Oliveira, o número de trabalhadores na indústria e no setor de serviços são bastante próximos. A economia da região é movida por diversos tipos de indústria de transformação: metal-mecânicas, moveleiras, alimentícias, fabricantes de produtos elétricos, confecções, usinas de açúcar e álcool, indústrias de fertilizantes agrícolas. Além delas, há empresas ligadas à prestação de serviços, de transporte, armazenagem e de comunicações. Importantes para o desempenho dessa malha de atividades são os cursos profissionalizantes, as unidades de pesquisas, as universidades e faculdades municipais, como aquelas localizadas nos municípios de Franca e Ituverava.

Se, no passado, o café foi o grande impulsionador da agricultura da região, atualmente destaca-se, como em diversas outras localidades do Estado, o cultivo da cana-de-açúcar associado à produção de açúcar e álcool. Apesar de o café ainda ocupar áreas agrícolas significativas, divide-as com a cana-de-açúcar e também com pastagens para criação de gado de leite e de corte, com plantações silvícolas e com o expressivo cultivo de grãos (principalmente de soja, milho e sorgo).

A atividade agropecuária impulsiona o dinamismo de outros setores da economia, sobretudo a prestação de serviços e o comércio. Nos municípios onde a agricultura é uma importante atividade econômica, como em Orlandia, Ituverava, São Joaquim da Barra e Guaíra, outras atividades correlacionadas, como a comercialização de sementes e de insumos agrícolas, a pesquisa e a utilização de novos cultivares e a prestação de assistência técnica, diversificam a economia local.

Entre 1996 e 2002, o montante de investimentos anunciados para a agricultura na Região Administrativa de Franca foi de US\$ 2,0 milhões. Ao longo desse período, US\$ 142,2 milhões (89,0% do total) corresponderam aos investimentos anunciados para o setor industrial, destacando-se a indústria de alimentos e bebidas, com US\$ 107,1 milhões. Para a indústria de calçados, foram anunciados US\$ 5,6 milhões. O setor comercial teve US\$ 8,0 milhões e o de serviços US\$ 7,5 milhões. O total de investimentos para a região foi de US\$ 159,7 milhões, durante o período mencionado.

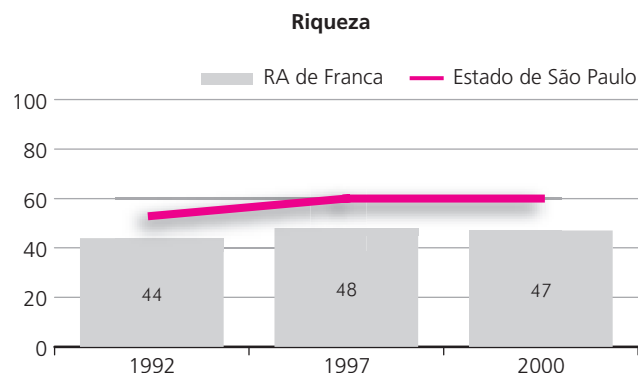
O IPRS na Região Administrativa de Franca

Os reflexos do dinamismo e da configuração socioeconômica dos municípios da Região Administrativa de Franca podem ser analisados segundo sua distribuição nos cinco grupos do IPRS: no Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, foram classificados dois municípios (Orlandia e Morro Agudo); no Grupo 3, cuja principal característica é agregar os municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, conseguem exibir indicadores sociais satisfatórios, foram classificados cinco municípios; e, nos Grupos 4 e 5, foram classificados dez e seis municípios, respectivamente. Recorde-se que estes grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

O indicador agregado de riqueza mostra que a Região Administrativa de Franca cresceu nessa dimensão entre 1992 e 1997,⁹ mas em vez de se estabilizar como ocorreu no conjunto do Estado, decresceu ligeiramente no período recente. Apenas seis de seus municípios apresentaram aumento deste indicador

⁸ No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.

⁹ Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

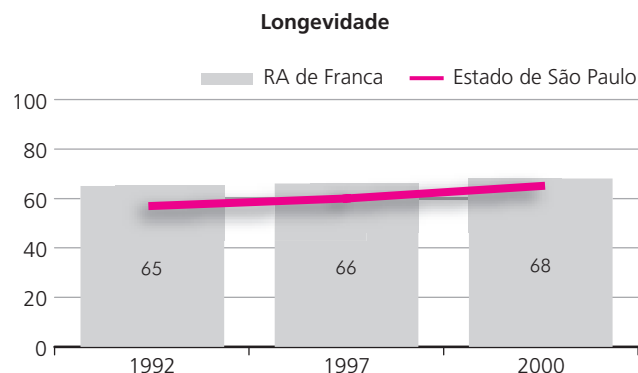


em 2000: Ipuã, Itirapuã, Miguelópolis, Nuporanga, Patrocínio Paulista e Pedregulho. Os municípios de Aramina, Guarã, Jeriquara, Restinga e Rifaina não registraram variação do indicador de riqueza, entre 1997 e 2000. Os demais, incluindo o próprio município de Franca, mostraram pequena redução nesta dimensão.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 1997 e 2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços variou de 9,8 MW para 10,7 MW, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial decresceu ligeiramente, passando de 2,3 MW para 2,2 MW, inferior à média do Estado (2,6 MW), em 2000;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 551 para R\$ 494, sendo a média do Estado, em 2000, de R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.798 para R\$ 3.573, enquanto a média do Estado, em 2000, era de R\$ 4.890.

Houve importante crescimento do consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, sugerindo a ocorrência de algum dinamismo, no período, o que contrasta com a queda do valor adicionado fiscal, que se relaciona basicamente com o desempenho do setor industrial. Por seu turno, o consumo anual de energia elétrica residencial, que reflete o consumo das famílias, não apresentou expansão. Já o salário médio do setor formal, assim como se observou no conjunto do Estado, reduziu-se.

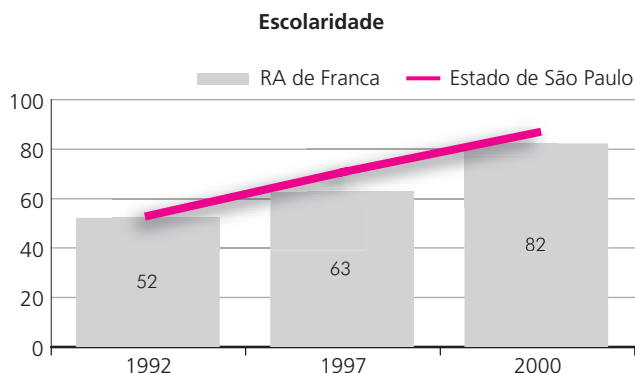


O indicador agregado de longevidade para a Região Administrativa de Franca aumentou ao longo do período de análise e seu patamar encontra-se pouco acima do conjunto do Estado. Entretanto, os resultados diferem entre municípios, quando analisados individualmente. De 1992 a 2000, nove municípios da região ampliaram seus escores de longevidade; em sete municípios esses valores diminuíram e, nos demais, ou não houve tendência clara (Buritizal, Ipuã, Patrocínio Paulista, Restinga e Rifaina), ou verificou-se estabilidade entre 1997 e 2000 (Miguelópolis e Pedregulho). Somente nove municípios situam-se abaixo da média estadual, em 2000, no que se refere à longevidade. Dentre eles, Jeriquara, Rifaina e Patrocínio Paulista apresentam os piores índices. Os municípios mais bem posicionados nesta escala são Buritizal e Sales Oliveira.¹⁰

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,7 para 16,5, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 18,7 para 19,1 e a média do Estado, em 2000, foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) oscilou de 1,6 para 1,5, enquanto a média do Estado, em 2000, correspondeu a 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 41,6 para 39,1, sendo a média do Estado, em 2000, de 39,7.

10 O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.



Com exceção da variável “mortalidade perinatal”, que aumentou, houve redução das demais variáveis de mortalidade na região, que ficaram em patamares inferiores aos registrados no conjunto do Estado, embora nem todos os municípios tenham apresentado este mesmo movimento. As taxas de mortalidade infantil são mais altas em Rifaina e Restinga, aumentado de 1997 a 2001, no primeiro caso, e mantendo-se praticamente estável, no segundo.

Na dimensão escolaridade, a Região Administrativa de Franca situa-se num patamar ligeiramente inferior ao do conjunto do Estado, apesar de ter demonstrado significativo crescimento do indicador, sobretudo entre 1997 e 2000. Os municípios de Buritizal, Ipuã, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Pedregulho, Restinga, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista registraram considerável avanço ao longo desse período, mas somente São Joaquim da Barra (90) e Orlândia (89) superaram a média estadual (87). Apesar da significativa melhora entre 1991 e 2000, Guará apresenta o menor índice (61). Batatais, Franca e Ituverava possuem escores iguais ou próximos à média estadual.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 42,1% para 62,1%, sendo a média do Estado, em 2000, de 65,6%;
- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 23,1% para 40,6%, correspondendo a média do Estado, em 2000, a 44,6%;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 92,3% para 95,1%, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 95,7%;

- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se em 96,2% e a média do Estado, em 2000, foi de 96,6%;

- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 15,9% para 17,6%, sendo a média do Estado, em 2000, de 29,2%.

Pelas informações, observa-se que o indicador de cobertura dos ensinos fundamental e médio, da Região Administrativa de Franca, são inferiores às médias estaduais. Por outro lado, os indicadores de alfabetização juvenil são praticamente iguais aos do conjunto do Estado, mas a participação da rede municipal na oferta de vagas no ensino fundamental público é bastante inferior.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa de Franca, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico está abaixo da média estadual, ficando os municípios de Morro Agudo (54) e Orlândia (53) mais próximos ao conjunto do Estado (60). O indicador de riqueza dos demais municípios encontra-se entre 29 (Itirapuã) e 47 (Batatais, Franca, Ipuã e São Joaquim da Barra). Entre os municípios que mais ampliaram o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, chama a atenção o caso de Ipuã. Já no que diz respeito ao aumento do valor adicionado fiscal *per capita*, Ipuã, Morro Agudo e Orlândia foram os únicos em que essa variável aumentou. Quanto ao comportamento do rendimento médio dos empregos formais, houve redução na maioria dos municípios, sendo que em alguns, como Igarapava, Buritizal, Rifaina e São Joaquim da Barra, as quedas foram mais intensas. Como exceções, destacam-se Cristais Paulista, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Restinga e Ribeirão Corrente, em que o rendimento variou positivamente.

As variáveis de mortalidade mantiveram-se, em 2000, em patamares inferiores ao do total do Estado, com exceção da taxa de mortalidade perinatal. Em alguns municípios, seus patamares são ainda excessivamente elevados – como as taxas de mortalidade infantil em Rifaina e Restinga, as de mortalidade perinatal em Jeriquara e Patrocínio Paulista e a de mortalidade de jovens e adultos em Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga e Rifaina. Mesmo assim, o comportamento geral dessa dimensão foi favorável, mas deve-se considerar que, em 1997, o escore de longevidade da Região Administrativa de Franca estava seis pontos acima da média estadual e, em 2000, apenas três.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis na maioria de suas variáveis, com exceção para a porcentagem de jovens (entre 15 e 24 anos) com mais de um ano de estudo, que em dez municípios apresentou ligeiro decréscimo.

Os avanços mais significativos foram observados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Aramina, Batatais, Ipuã, Morro Agudo, Orlândia, Patrocínio Paulista, Restinga, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista. No caso do segmento da população juvenil com ensino médio completo,

os casos mais bem sucedidos foram os de Franca, Itirapuã, Orlândia, Patrocínio Paulista, Rifaina e São Joaquim da Barra. Porém, chama a atenção a ainda reduzida participação da rede municipal na oferta de vagas do ensino fundamental público, sobretudo em Guará, Igarapava, Ipuã, Morro Agudo, Pedregulho, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista, cuja participação variou entre 0,0% e 3,0%, em 2000.

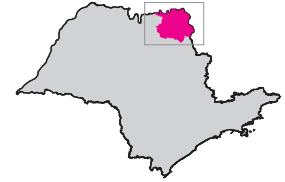
Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	639.463
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	61,61
Número de Domicílios Particulares Permanentes	169.221
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

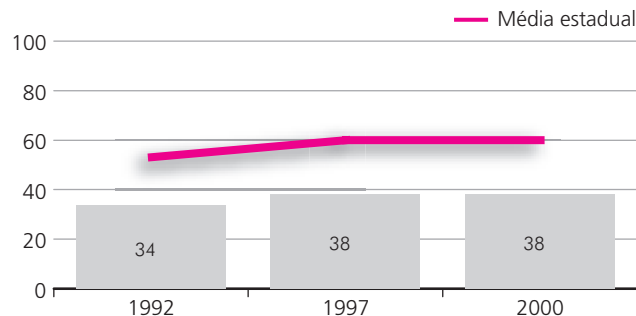
ARAMINA

Aramina, que na primeira edição do IPRS estava no Grupo 4 e, em 1997, passou para o Grupo 3, retornou ao Grupo 4, em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social, mas os indicadores de longevidade de Aramina situam-se acima da média do Estado.



Riqueza: retração industrial

Aramina ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 362^a
2000 – 364^a



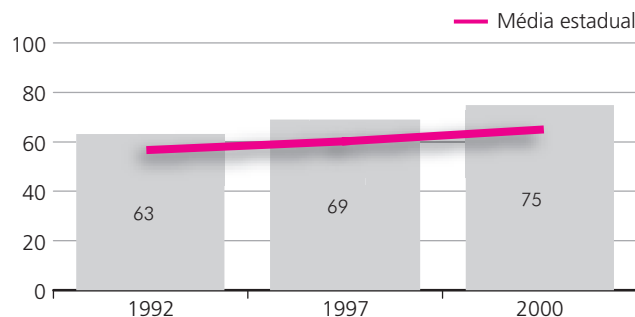
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,5 MW para 7,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável, em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 331 para R\$ 322;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 6.123 para R\$ 4.148.

Tais indicadores sugerem pequena melhora nos setores primário e terciário da atividade econômica municipal, comportamento não observado no rendimento médio e no setor industrial, o que explica sua estabilidade no *ranking* desta dimensão.

Longevidade: queda da mortalidade infantil

Aramina ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 163^a
2000 – 92^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou queda importante, passando de 14,8 para 6,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 25,1 para 21,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 0,8 para 0,5;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 33,5 para 36,9.

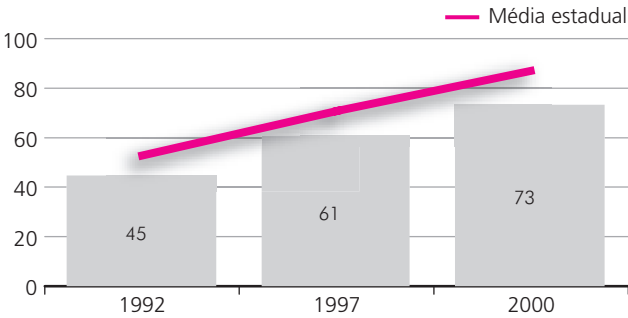
Aramina registrou avanços importantes em todos os indicadores, com exceção da mortalidade de idosos, que, mesmo assim, ainda se mantém abaixo da média do Estado. Apesar de o índice de mortalidade perinatal ter ficado acima da média estadual, tal comportamento não impediu o grande avanço do município no *ranking*.

Escolaridade: níveis de educação ainda baixos

Aramina ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 386^a

2000 – 505^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 33,3% para 58,0%;
- a parcela de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio aumentou de 21,1% para 27,1%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,7% para 94,2%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 com mais de um ano de estudo diminuiu de 98,3% para 95,7%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública variou de 43,3% para 47,0%.

Melhorou a proporção dos que concluíram o ensino fundamental, porém, a parcela dos jovens até 24 anos com ensino médio completo está muito abaixo do desejável. Registre-se, ainda, a redução do segmento de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.756
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	23,90
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.208
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,3
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram estabilidade em riqueza, mas o município continuou avançando na dimensão longevidade, o que pode ser verificado pela queda acentuada da mortalidade infantil. Os indicadores de educação, embora em sua maioria estejam melhorando, ainda se mantêm abaixo dos níveis médios do Estado.

Ranking 2000

364^o
Riqueza

92^o
Longevidade

505^o
Escolaridade

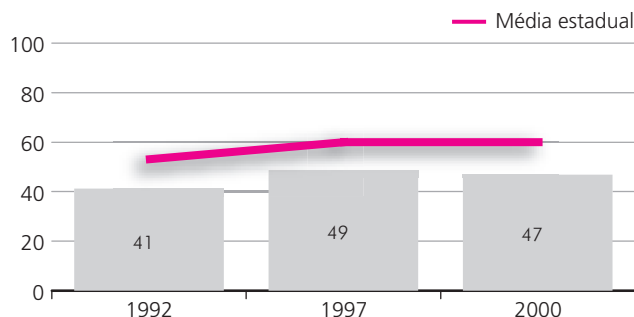
BATATAIS

Batatais, que na primeira edição do IPRS pertencia ao Grupo 4, avançou em 1997 e 2000, passando a integrar o Grupo 3, representado pelos municípios com nível social satisfatório e com baixo desenvolvimento econômico. O município, apesar de apresentar indicadores de riqueza abaixo da média do Estado, tem seus índices de longevidade e escolaridade muito próximos dessa média.



Riqueza: leve aquecimento da economia e queda da renda

Batatais ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 142^a
2000 – 182^a



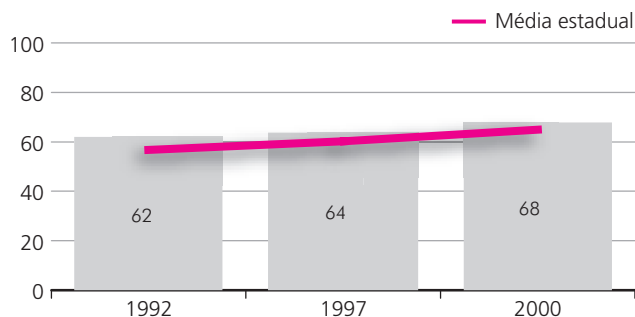
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 8,8 MW para 9,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,4 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 510 para R\$ 463;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.921 para R\$ 4.114.

Batatais registrou pequeno crescimento nas atividades dos setores primário, terciário e industrial que, associado à queda dos indicadores de consumo de energia elétrica residencial e dos rendimentos médios do emprego formal, não foi suficiente para deter a perda de posição no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumento da mortalidade infantil

Batatais ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 291^a
2000 – 294^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

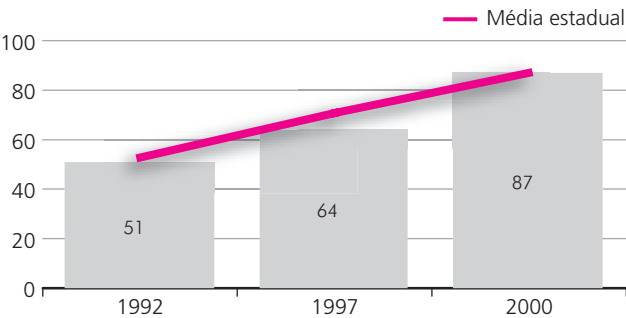
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 16,2 para 17,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 21,6 para 17,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,8 para 1,5;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 39,5 para 39,7.

Batatais apresentou melhora na taxa de mortalidade perinatal e estabilidade naquelas referentes aos jovens e adultos e aos idosos. A nota destoante foi o aumento da taxa de mortalidade infantil, fato que deve ter contribuído para a perda de posição no *ranking* do Estado.

Escolaridade: melhorias generalizadas

Batatais ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 326^a
2000 – 203^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 42,0% para 67,8%;
- entre as de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio, a proporção aumentou de 24,6% para 40,9%;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 91,6% para 95,9%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo expandiu-se de 96,1% para 97,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública passou de 27,4% para 30,8%.

Os resultados, para Batatais, demonstram evolução positiva em todas as variáveis de escolaridade, principalmente na proporção de jovens que concluíram os ensinos fundamental e médio, fatores que determinaram o avanço do município no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	51.041
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	60,91
Número de Domicílios Particulares Permanentes	14.036
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	6,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, apesar de o indicador de riqueza de Batatais ter registrado pequeno aquecimento da economia, o rendimento médio no emprego formal diminuiu. O município evoluiu na dimensão escolaridade, melhorando sensivelmente seus indicadores, embora os de saúde tenham evoluído muito pouco, merecendo preocupação o pequeno aumento da mortalidade infantil.

Ranking 2000

182^o
Riqueza

294^o
Longevidade

203^o
Escolaridade

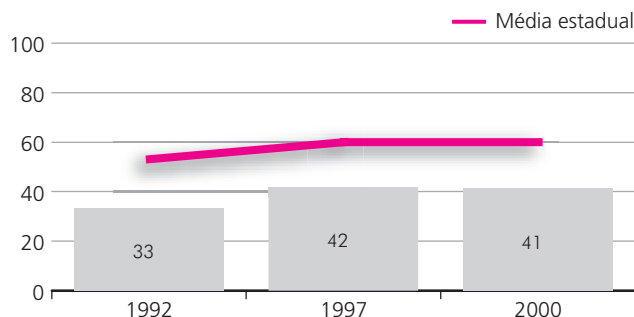
BURITIZAL

Buritizal, desde a primeira edição do IPRS, faz parte do Grupo 3 – municípios com bons indicadores sociais e de baixo desenvolvimento econômico. Embora apresente baixos indicadores de riqueza, seu índice de longevidade é invejável e o de escolaridade situa-se pouco abaixo da média do Estado.



Riqueza: desaquecimento da economia

Buritizal ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 288^a
2000 – 304^a



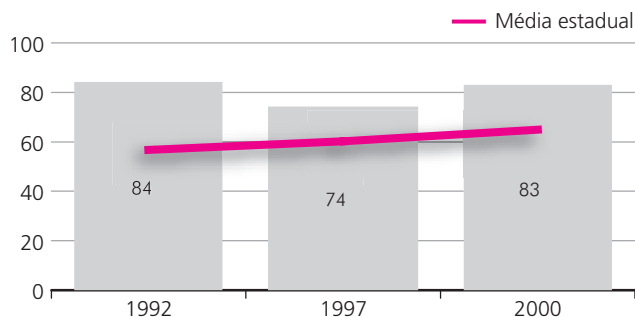
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 6,7 MW para 6,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 550 para R\$ 475;
- o valor adicionado fiscal *per capita* abaixou de R\$ 8.095 para R\$ 7.054.

Buritizal registrou indicadores que sugerem relativa estagnação nas atividades dos setores primário e terciário, desaquecimento industrial e queda no rendimento médio, o que determinou a perda de posição do município no *ranking* do Estado.

Longevidade: bons indicadores

Buritizal ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 60^a
2000 – 18^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

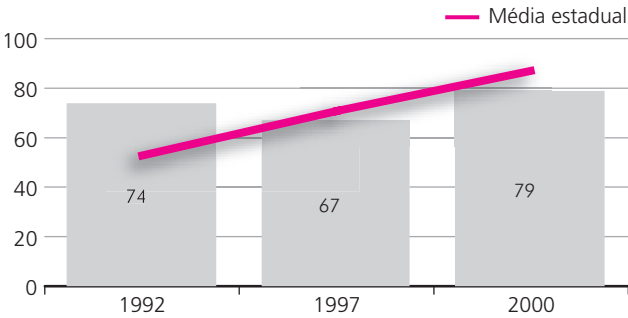
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 12,5 para 12,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 6,2 para 9,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,6 para 1,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 35,0 para 21,9.

Buritizal manteve os bons indicadores que lhe conferem posição de destaque no *ranking* geral do Estado, mas apresentou um dado destoante no aumento da taxa de mortalidade perinatal, que, de qualquer forma, situa-se ainda muito abaixo da média do Estado.

Escolaridade: melhorias não impedem queda

Buritizal ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 259^a
2000 – 390^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 44,2% para 51,3%;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção passou de 22,4% para 33,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 91,9% para 97,4%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 96,9% para 96,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública permaneceu em 100%.

Buritizal registrou tímida evolução em seus indicadores de escolaridade, que ficaram abaixo da média do Estado. Isto certamente contribuiu para que o município perdesse posições no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.675
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	13,71
Número de Domicílios Particulares Permanentes	883
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

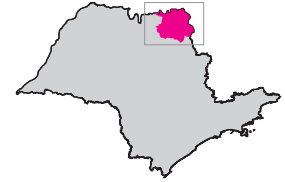
O indicador de riqueza sugere desaquecimento da economia de Buritizal. O município continua avançando em saúde e mantendo seus indicadores de longevidade em patamares invejáveis. O indicador de escolaridade não vem evoluindo no mesmo ritmo que o restante do Estado, o que tem determinado perda de posições no *ranking* geral.

Ranking 2000

304^o
Riqueza
18^o
Longevidade
390^o
Escolaridade

CRISTAIS PAULISTA

Cristais Paulista, que nas duas primeiras edições do IPRS estava no Grupo 4, passou, em 2000, para o Grupo 5, que agrega os municípios com baixo desenvolvimento econômico e social. Seus indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade progrediram, mas não impediram a perda da posição nos respectivos *rankings*.

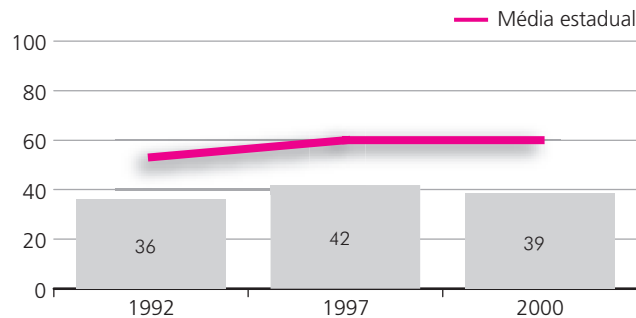


Riqueza: queda na atividade industrial

Cristais Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 267^a

2000 – 338^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 9,9 MW para 10,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 2,3 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal passou de R\$ 302 para R\$ 300;
- o valor adicionado fiscal *per capita* caiu de R\$ 3.222 para R\$ 2.290.

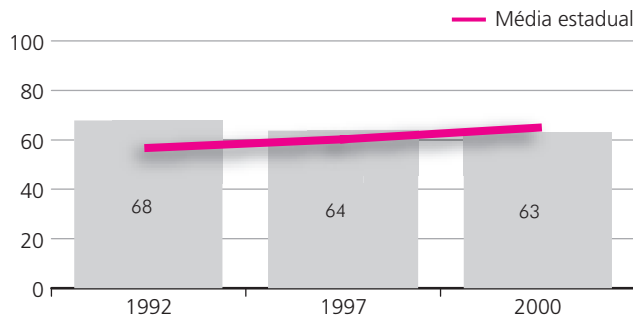
Tais indicadores mostram que apesar da leve melhora nas atividades dos setores primário e terciário, a retração do valor adicionado determinou significativa perda de posições no *ranking* do Estado.

Longevidade: retrocesso no *ranking*

Cristais Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 282^a

2000 – 421^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 25,3 para 19,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 23,8 para 25,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) manteve-se praticamente estável em torno de 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) apresentou aumento de 27,6 para 35,4.

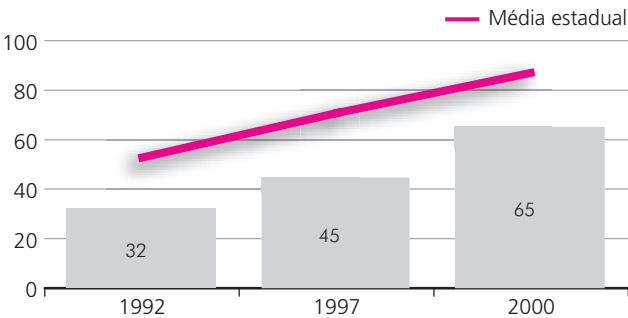
Houve melhora apenas na taxa de mortalidade infantil. O aumento da mortalidade perinatal e entre os idosos requerem atenção.

Escolaridade: avanços não asseguram posição

Cristais Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 613ª

2000 – 614ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 29,5% para 48,9%;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção passou de 12,9% para 22,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 86,0% para 92,7%;
- a parcela das pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,0% para 94,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública passou de 48,7% para 48,6%.

Foram registradas melhoras em todos os indicadores de escolaridade, mas a maioria das variáveis ainda estão distantes da média estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.570
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	17,38
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.055
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A queda nos indicadores de riqueza e longevidade do município determinou a perda de posições nos respectivos *rankings*. O aumento das taxas de mortalidade perinatal e de idosos merece atenção. Na dimensão escolaridade, mesmo com o indicador elevando-se de forma expressiva, Cristais Paulista manteve sua posição no *ranking*.

Ranking 2000

338º
Riqueza

421º
Longevidade

614º
Escolaridade

FRANCA

Franca mantém-se no Grupo 3 do IPRS, que agrega municípios com bons indicadores sociais e com baixo desenvolvimento econômico. Os níveis de escolaridade e longevidade de Franca são maiores ou próximos às médias do Estado, mas seu indicador de riqueza decresceu.

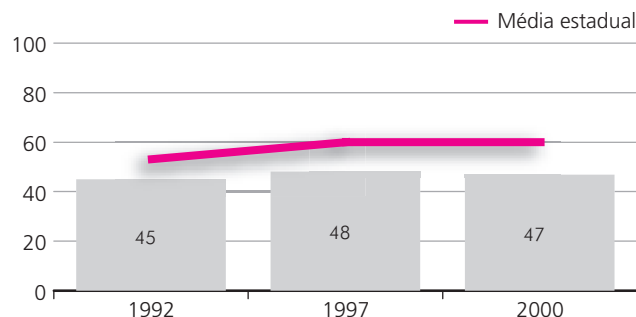


Riqueza: retração da indústria e do rendimento médio

Franca ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 164^a

2000 – 181^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 9,3 MW para 10,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal declinou de R\$ 563 para R\$ 501;
- o valor adicionado fiscal *per capita* abaixou de R\$ 2.445 para R\$ 2.116.

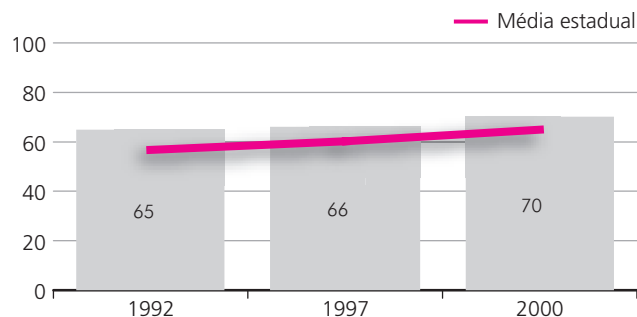
Franca registrou pequeno crescimento nas atividades dos setores primário e terciário, insuficiente para compensar a retração da atividade industrial e a redução dos rendimentos médios. Isso fez com que o município perdesse algumas posições no *ranking* do Estado.

Longevidade: indicadores mais favoráveis que a média do Estado

Franca ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 238^a

2000 – 223^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

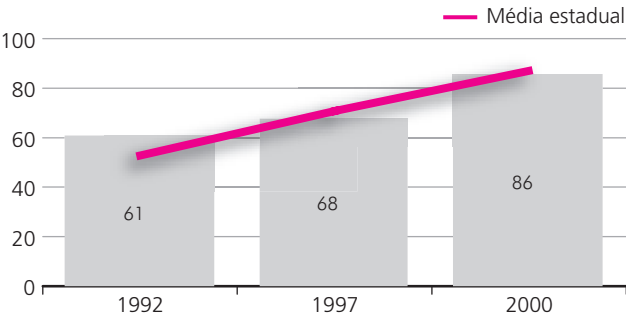
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,6 para 14,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) manteve-se estável em 17,5;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,7 para 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 42,8 para 38,6.

Franca registrou desempenho positivo em todas as variáveis. Mesmo já sendo mais favoráveis que as médias estaduais, sua evolução permitiu ao município melhorar sua posição no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: melhorias contínuas

Franca ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 227ª
2000 – 218ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 45,4% para 64,6%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 25,3% para 44,1%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo manteve-se estável em 94,0%, e a de pessoas de 15 a 24, em torno de 97,5%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental passou de 11,9% para 14,4%.

Franca registrou desempenho positivo em todos os indicadores de escolaridade, colocando-os acima ou bem próximos das respectivas médias do Estado, o que possibilitou ao município subir algumas posições no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	287.162
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	502,91
Número de Domicílios Particulares Permanentes	79.025
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Franca sentiu os efeitos da retração da indústria – ainda uma das principais atividades econômicas do município –, que provocaram redução nos rendimentos médios e perda de posição no *ranking* de riqueza, mas obteve avanços na saúde e na educação, espelhados na contínua melhoria de seus indicadores e, em muitos casos, situando-se em melhores condições do que a média do Estado.

Ranking 2000

181ª Riqueza

223ª Longevidade

218ª Escolaridade

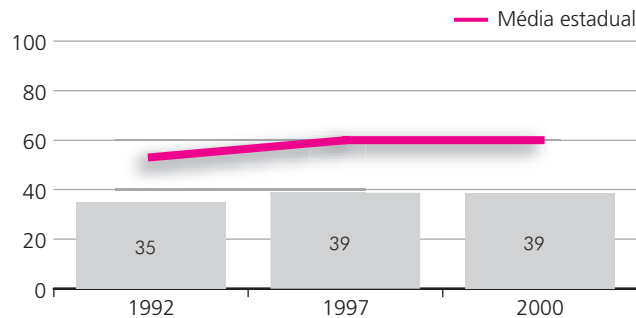
GUARÁ

Guará classificou-se no Grupo 5 do IPRS, com os municípios considerados de baixo desenvolvimento econômico e social. Embora seu indicador de longevidade tenha se aproximado da média estadual, os demais situam-se em patamares muito baixos.



Riqueza: economia cresce e rendimento diminui

Guará ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 339^a
2000 – 348^a



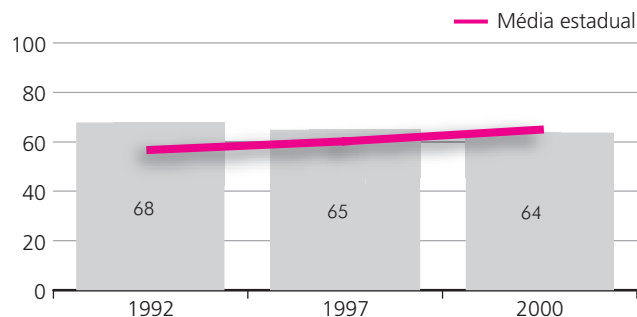
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 6,2 MW para 6,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável, em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 472 para R\$ 424;
- o valor adicionado fiscal *per capita* elevou-se de R\$ 3.271 para R\$ 3.614.

Guará cresceu nas atividades dos setores primário e terciário e na atividade industrial. No entanto, não impediu a redução do rendimento médio do emprego formal e a conseqüente perda de algumas posições no *ranking* do Estado.

Longevidade: retrocesso significativo

Guará ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 256^a
2000 – 404^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

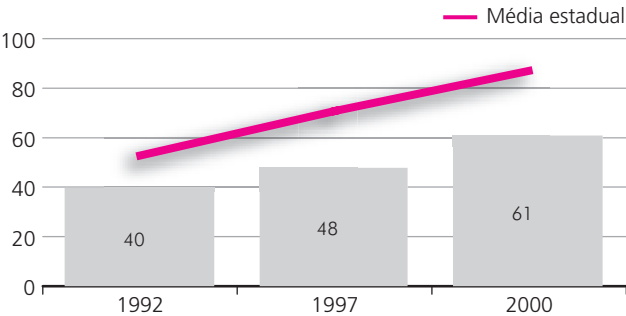
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 13,6 para 20,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) elevou-se de 18,8 para 20,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu 1,9 para 1,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 44,5 para 47,1.

Excetuando a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, o comportamento dos indicadores de longevidade no município foi desfavorável. Guará perdeu posições na classificação do Estado.

Escolaridade: tímidos resultados

Guará ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 598^a
2000 – 630^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental passou de 32,5% para 44,6%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio passou de 18,0% para 29,6%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 87,8% para 93,1%;
- a parcela das pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se estável em 91,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública é inexistente.

Guará declinou algumas posições no *ranking* do Estado em razão das tímidas melhorias dos indicadores da escolaridade, que se mantiveram abaixo das respectivas médias do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	18.890
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	52,62
Número de Domicílios Particulares Permanentes	5.088
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	16,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Guará retomou timidamente as atividades econômicas. Contudo, foi insuficiente para impedir a queda de algumas posições no *ranking* de riqueza do Estado. Esse fato se repetiu em escolaridade e com os resultados ainda mais desfavoráveis em longevidade, que levaram a retrocessos nos respectivos *rankings*.

Ranking 2000

348^o
Riqueza

404^o
Longevidade

630^o
Escolaridade

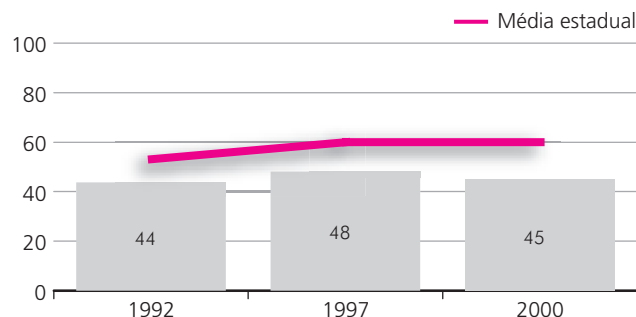
IGARAPAVA

Igarapava manteve-se no Grupo 4 do IPRS, de municípios com baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Apresentou baixo nível de riqueza e progressos nos indicadores sociais, insuficientes para fazer o município avançar nos respectivos *rankings*.



Riqueza: desaquecimento da indústria

Igarapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 162^a
2000 – 200^a



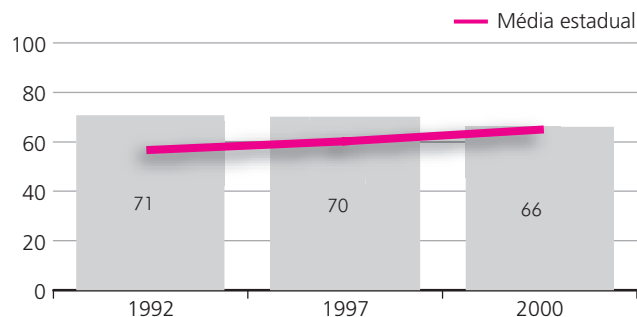
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 8,5 MW para 8,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 609 para R\$ 493;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 5.413 para R\$ 4.061.

A queda na atividade industrial, acompanhada da redução do rendimento médio, determinou o deslocamento do município para posições menos favoráveis no *ranking*, embora tenha registrado pequeno crescimento nos setores primário e terciário.

Longevidade: mortalidade infantil e perinatal aumentaram

Igarapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 154^a
2000 – 347^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 15,3 para 17,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 14,5 para 20,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) manteve-se praticamente estável em torno de 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,7 para 36,8.

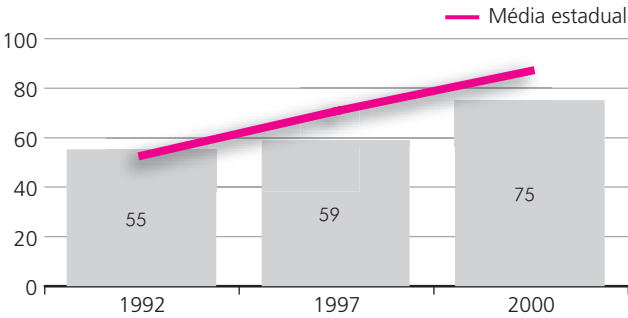
Resultados negativos nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, e relativa estabilidade dos demais indicadores, provocaram a perda de muitas posições no *ranking* do Estado.

Escolaridade: bons resultados, mas aquém do desejável

Igarapava ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 439^a

2000 – 487^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental cresceu de 39,7% para 59,4%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 21,3% para 36,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 91,5% para 93,4%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se estável em torno de 94,0%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública, que era inexistente, passou para 1,1%.

Houve desempenho positivo em todos os indicadores, mas em ritmo inferior ao do total do Estado, determinando perda de posições no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	25.888
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	55,20
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.067
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	97,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Igarapava apresentou retração na sua economia, acompanhada por desempenho abaixo do desejável na dimensão longevidade, em especial devido aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal. Já a perda de posições no *ranking* de escolaridade decorreu do menor ritmo de evolução dos seus indicadores em relação àqueles apresentados pelos demais municípios do Estado.

Ranking 2000

200^o
Riqueza

347^o
Longevidade

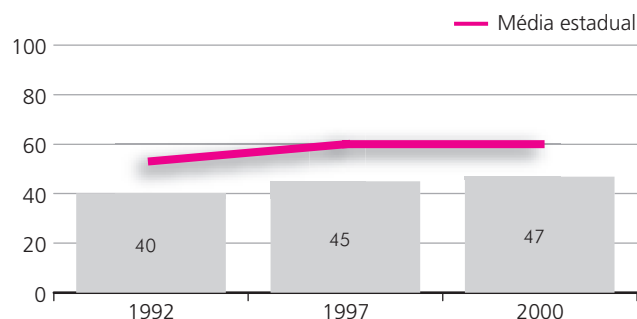
487^o
Escolaridade

Ipuã mantém-se no Grupo 4 do IPRS, junto aos municípios com baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Apresentou bom desempenho na dimensão escolaridade e, em menor medida, em riqueza. Se comportamento em longevidade foi desfavorável.



Riqueza: importante aquecimento econômico

Ipuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 219^a
2000 – 169^a



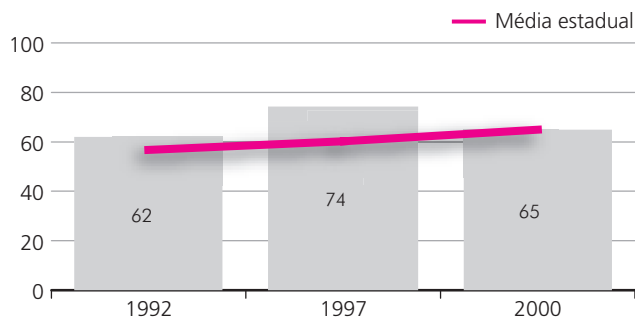
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 9,9 MW para 13,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 517 para R\$ 487;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 5.540 para R\$ 7.573.

Houve importante crescimento no nível das atividades econômicas, o que, apesar de não ter apresentado reflexos positivos no rendimento médio dos empregos formais, respondeu pela subida do município no *ranking* do Estado.

Longevidade: grave retrocesso

Ipuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 57^a
2000 – 361^a



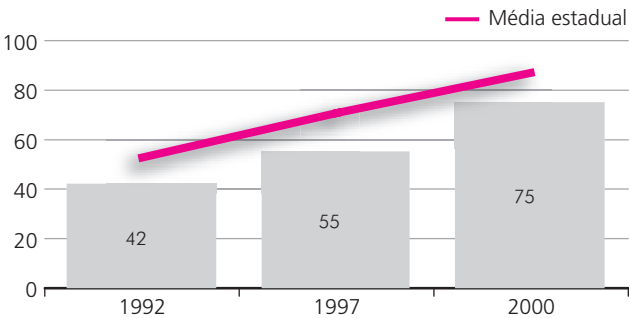
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 11,7 para 16,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) elevou-se de 8,8 para 18,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) cresceu de 1,3 para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 47,0 para 43,3.

Ipuã registrou aumento em todas as taxas de mortalidade, com exceção daquela referente aos idosos, mas que, ainda assim, está acima da média do Estado. Isto explica o grande deslocamento para posições inferiores no *ranking* estadual.

Escolaridade: tímido desempenho

Ipuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:
1997 – 517ª
2000 – 486ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção dos jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 36,9% para 58,3%;
- a parcela das pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio elevou-se de 15,8% para 29,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 92,1% para 97,5%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo manteve-se estável em 94,8%;
- é nula a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública.

O município obteve progressos nos indicadores de escolaridade. Embora estes resultados tenham permanecido abaixo das médias do Estado, Ipuã melhorou sua posição no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	11.855
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	21,02
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.138
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,64

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Ipuã apresentou aquecimento das atividades econômicas, o que não repercutiu nos salários médios. No que se refere aos indicadores sociais, os índices de mortalidade não alcançaram bons resultados, com aumento nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. Os indicadores de escolaridade, no entanto, registraram desempenho favorável.

Ranking 2000

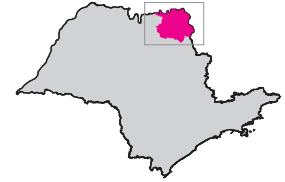
169º
Riqueza

361º
Longevidade

486º
Escolaridade

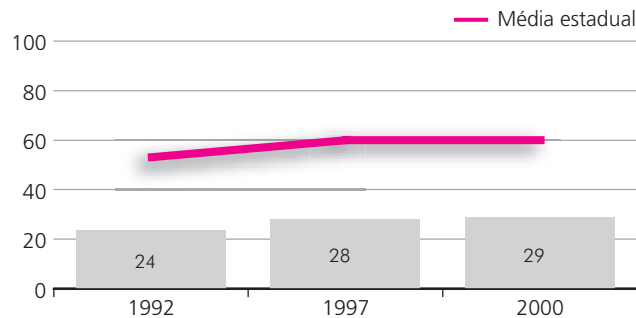
ITIRAPUÃ

Itirapuã mantém-se no Grupo 4 do IPRS, que compreende os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. O município, como os demais desse grupo, apesar de possuir baixos indicadores de riqueza, conseguiu obter razoáveis indicadores de longevidade e escolaridade.



Riqueza: quadro de estagnação

Itirapuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 586^a
2000 – 585^a



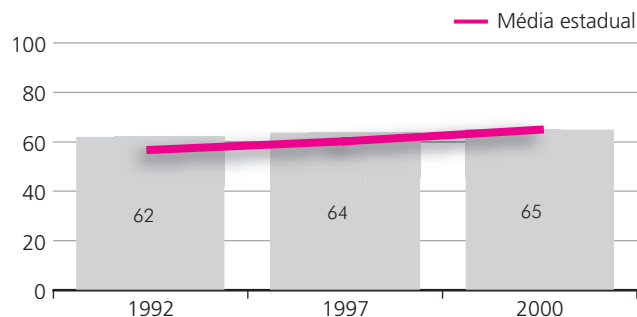
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 5,4 MW para 5,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se estável em 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal passou de R\$ 299 para R\$ 269;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.120 para R\$ 1.030.

Os discretos movimentos de crescimento nos setores primário e terciário e de queda do valor adicionado, associados à pequena redução no rendimento médio explicam a relativa estabilidade de sua classificação no *ranking* de riqueza.

Longevidade: aumento da mortalidade infantil

Itirapuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 284^a
2000 – 384^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

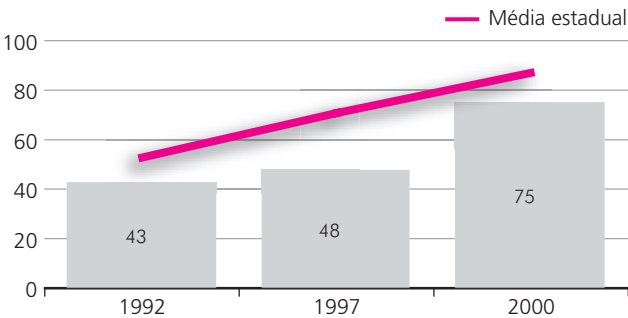
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 23,2 para 26,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 24,3 para 21,5;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 1,2 para 1,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 34,0 para 30,4.

Itirapuã registrou movimentos em sentidos contrários, reduzindo as taxas de mortalidade perinatal e dos maiores de 60 anos, e aumentando as taxas de mortalidade infantil e das pessoas de 15 a 39 anos, que explicam a perda de posições do município no *ranking*.

Escolaridade: avanços importantes

Itirapuã ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 595ª
2000 – 479ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 29,6% para 49,0%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 13,9% para 35,5%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 86,2% para 94,9%;
- a parcela das pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,9% para 97,3%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública manteve-se em torno de 47,6%.

Foram importantes os avanços nos indicadores de escolaridade, aproximando-os das respectivas médias do Estado e melhorando sua posição no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.409
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	35,12
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.137
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,65

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Itirapuã apresentou movimentos discretos em sua economia, com redução do valor adicionado e dos rendimentos médios, mantendo sua posição no *ranking* de riqueza do Estado. Na área social, o município mostrou aumento da mortalidade infantil e das pessoas de 15 a 39 anos, com queda em sua classificação no *ranking*. Os melhores resultados foram registrados na dimensão escolaridade.

Ranking 2000

585º
Riqueza

384º
Longevidade

479º
Escolaridade

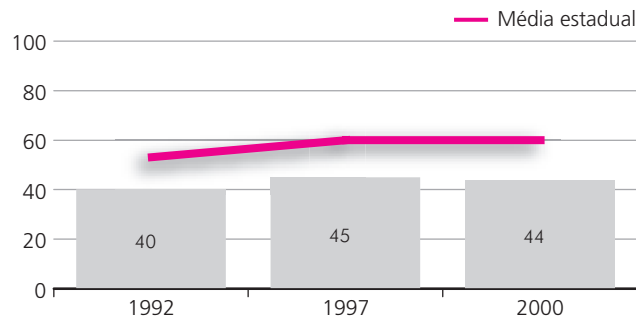
ITUVERAVA

Ituverava passou do Grupo 3, em 1992 e 1997, para o Grupo 4 do IPRS, com os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Registrou, nas três dimensões do IPRS, patamares inferiores às respectivas médias do Estado, com discreto aumento em seus indicadores de riqueza e escolaridade e queda em seu nível de longevidade.



Riqueza: queda na indústria compensada pelos demais setores

Ituverava ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 218^a
2000 – 227^a



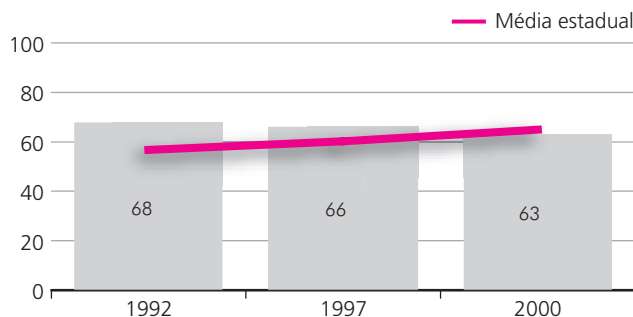
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 8,0 MW para 9,3 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- manteve-se em torno de 2,3 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 460 para R\$ 436;
- o valor adicionado fiscal *per capita* também registrou leve queda, de R\$ 2.760 para R\$ 2.418.

Tais resultados indicam pequeno crescimento nos setores primário e terciário do município e um movimento de retração no setor industrial e nos rendimentos médios do emprego formal, não melhorando sua colocação no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumenta a mortalidade perinatal

Ituverava ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 249^a
2000 – 419^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) praticamente manteve-se em torno de 17,0;
- aumentou de 19,0 para 24,6 a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos);
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,7 para 1,6;
- queda de 42,0 para 39,9 da taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes).

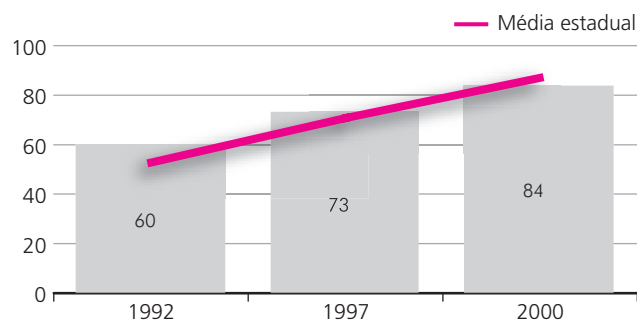
A redução do indicador de longevidade refletiu o crescimento da mortalidade perinatal, que não foi compensado pelo tímido comportamento das demais variáveis.

Escolaridade: tendência de melhoria

Ituverava ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 125^a

2000 – 254^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 51,1% para 61,7% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- a proporção das pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio elevou-se de 29,7% para 43,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,1% para 96,4%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo diminuiu de 96,3% para 95,1%;
- aumentou a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental, de 48,6% para 50,0%.

Houve melhoria no desempenho educacional do município, mas a proporção de pessoas que completaram os ensinos fundamental e médio ainda não atingiu a média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.236
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	48,57
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.978
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	6,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Ituverava apresentou pequeno crescimento nos setores primário e terciário, desaceleração no setor secundário e queda dos salários médios. Quanto aos indicadores sociais, houve uma piora no índice de longevidade, preocupando o aumento na taxa de mortalidade perinatal, enquanto os indicadores de escolaridade, apesar melhores, situam-se abaixo da média do Estado.

Ranking 2000

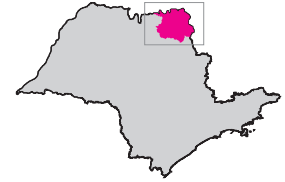
227^o
Riqueza

419^o
Longevidade

254^o
Escolaridade

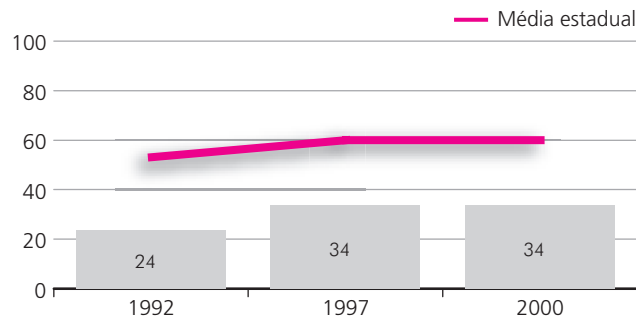
JERIQUARA

Jeriquara classificou-se no Grupo 4 do IPRS, em 1992, e passou para o Grupo 5, em 1997, em que permaneceu, em 2000. Seu discreto desempenho, em 2000, implicou perda de posição nos *rankings* das três dimensões do IPRS.



Riqueza: retração do valor adicionado

Jeriquara ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 461^a
2000 – 472^a



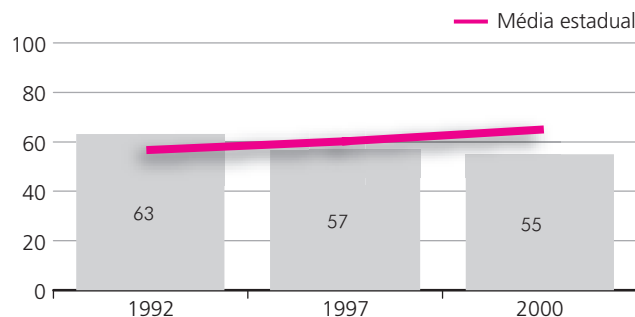
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 10,4 MW para 11,3 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- manteve-se em 1,5 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 322 para R\$ 295;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 4.081 para R\$ 2.900.

Jeriquara registrou resultados que indicam pequeno crescimento nos setores primário e terciário do município, forte redução do valor adicionado e dos salários médios, o que explica sua queda no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumento nas taxas de mortalidade infantil e de jovens e adultos

Jeriquara ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 472^a
2000 – 586^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

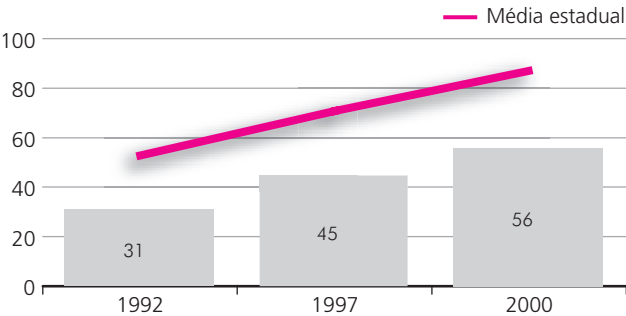
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 15,5 para 20,9;
- diminuiu a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) de 32,7 para 30,8;
- cresceu a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 e 39 anos (por mil habitantes) de 2,2 para 2,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) passou de 35,8 para 34,6.

Jeriquara apresentou aumento nas taxas de mortalidade infantil e de jovens e adultos, reduzindo seu indicador de longevidade, o que causou seu deslocamento para posições menos favoráveis no *ranking*.

Escolaridade: melhorias abaixo do desejável

Jeriquara ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 615ª
2000 – 637ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 23,8% para 32,9% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção cresceu de 16,2% para 16,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 84,2% para 92,2%, e a de pessoas de 15 a 24 anos passou de 94,5% para 95,2%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental passou de 45% para 43,1%.

Houve pequena melhora no desempenho educacional do município, contudo as parcelas da população jovem que completaram os ensinos fundamental e médio são muito inferiores às médias do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.280
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	23,94
Número de Domicílios Particulares Permanentes	677
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	97,5
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	16,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,50

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações sobre a economia local registraram retração no valor adicionado e nos salários médios. Quanto aos indicadores sociais, os índices de mortalidade infantil e adulta apresentaram aumento preocupante e os de escolaridade, melhorias aquém do desejável.

Ranking 2000

472ª
Riqueza

586ª
Longevidade

637ª
Escolaridade

MIGUELÓPOLIS

Miguelópolis, que se classificou no Grupo 4 do IPRS, em 1992 e 1997, passou para o Grupo 5, em 2000 que compreende os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social. Apresentou certa estabilidade nos indicadores de riqueza e longevidade, mantendo-se abaixo das médias estaduais. Em relação à escolaridade, seus avanços deram-se em ritmo mais rápido do que a média do Estado, melhorando sua posição nesta dimensão.

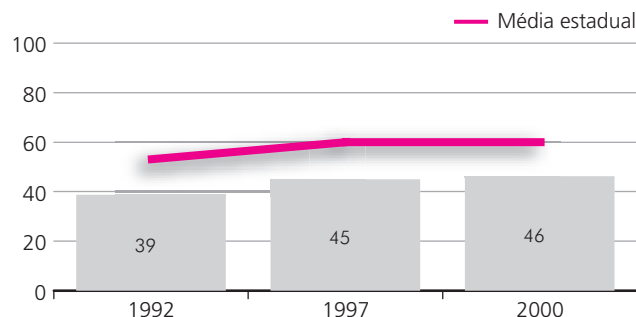


Riqueza: pequeno crescimento

Miguelópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 212^a

2000 – 193^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 20,3 MW para 21,6 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- passa de 1,9 MW para 2,0 MW, o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 375 para R\$ 396;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou queda de R\$ 5.720 para R\$ 4.700.

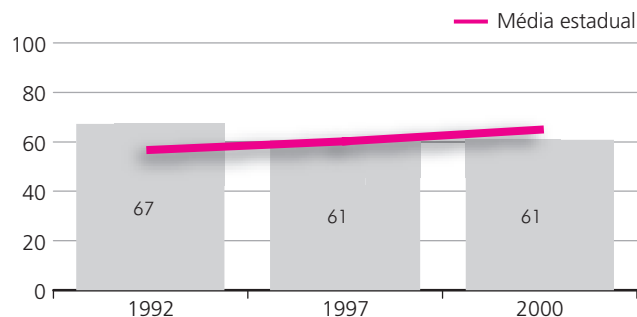
Tais indicadores sugerem pequeno crescimento nos setores primário e terciário, queda no valor adicionado e aumento nos salários médios, que resultaram em melhoria da sua posição no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumento da mortalidade infantil e de jovens e adultos

Miguelópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 406^a

2000 – 467^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

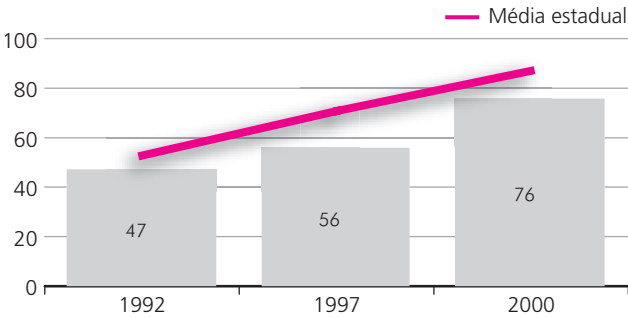
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 17,1 para 18,4;
- diminuiu a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) de 25,6 para 22,0;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 e 39 anos (por mil habitantes) cresceu de 1,7 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 44,1 para 41,7.

Os resultados mostram um fraco desempenho da dimensão longevidade, devido aos aumentos das taxas de mortalidade infantil e das pessoas de 15 a 39 anos, determinando o recuo do município no *ranking*.

Escolaridade: melhora de posição no ranking

Miguelópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 492^a
2000 – 452^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 40,1% para 57,5% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção cresceu de 21,2% para 37,2%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 88,4% para 91,5%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,3% para 96,0%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental passou de 28,1% para 31,2%.

Houve melhora no desempenho educacional, mas os índices ainda estão abaixo da média do Estado, principalmente os de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	19.003
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	23,75
Número de Domicílios Particulares Permanentes	5.067
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	92,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	96,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,64

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A manutenção dos níveis de riqueza e de longevidade, além do crescimento das componentes de escolaridade, não impediram que o município recuasse do Grupo 4, na edição anterior do IPRS, para o Grupo 5.

Ranking 2000

193^o
Riqueza

467^o
Longevidade

452^o
Escolaridade

MORRO AGUDO

Morro Agudo avançou do Grupo 5, na primeira edição do IPRS, para o Grupo 2, na segunda, e, nesta última, para o Grupo 1, que congrega os municípios com bons indicadores econômicos e sociais. As causas dessa trajetória estão ligadas aos níveis crescentes de seus indicadores de escolaridade e, sobretudo, longevidade, que superou a média do Estado.

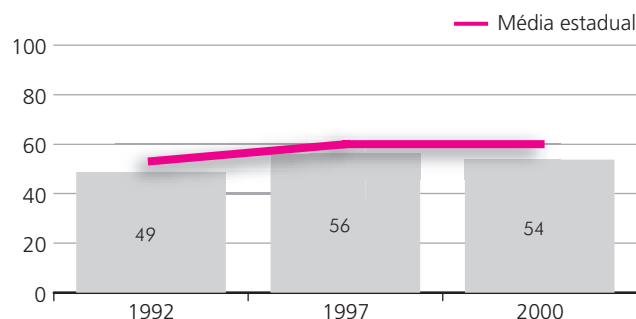


Riqueza: expansão da atividade econômica

Morro Agudo ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 66^a

2000 – 76^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 14,2 MW para 15,3 MW, o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial reduziu-se de 2,3 MW para 2,1 MW;
- diminuiu o rendimento médio do emprego formal de R\$ 845 para R\$ 754;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou aumento de R\$ 9.876 para R\$ 10.722.

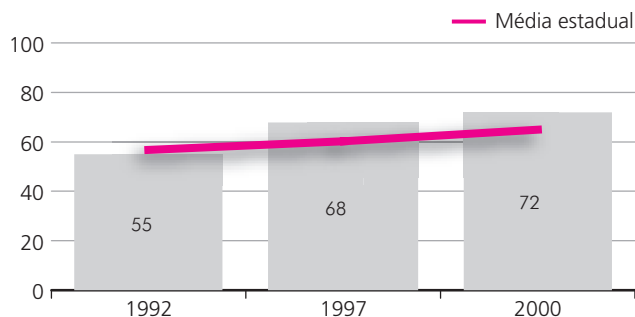
Os indicadores sugerem crescimento das atividades econômicas. A redução do consumo de energia elétrica residencial e dos rendimentos médios fizeram Morro Agudo perder poucas posições no *ranking* do Estado.

Longevidade: avanços melhoram posição no ranking

Morro Agudo ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 198^a

2000 – 142^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

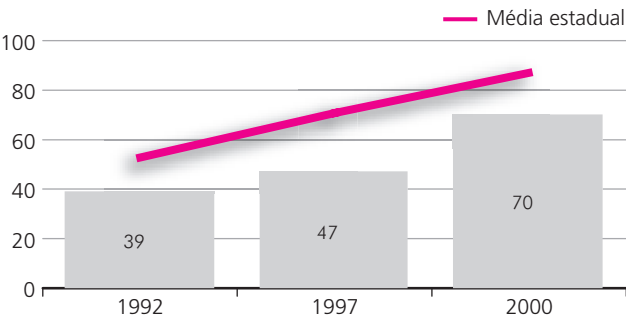
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 17,1 para 13,2;
- diminuiu de 17,6 para 14,5 a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos);
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,3 para 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 43,1 para 39,4.

Observa-se redução em quase todas as taxas, com destaque para a de mortalidade infantil. Mesmo com o movimento contrário da taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos, seu valor ainda é muito menor que a média do Estado.

Escolaridade: desempenho ascendente

Morro Agudo ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 605^a
2000 – 567^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 32,6% para 56,7%;
- cresceu a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio, de 13,6% para 29,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 91,3 para 96,9%;
- A parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,5% para 91,9%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental passou de 2,7% para 3,0%.

Houve melhora no desempenho educacional do município, todavia, as porcentagens de jovens que completaram o ensino fundamental e das pessoas que concluíram o ensino médio ainda estão em níveis mais baixos do que a média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	25.386
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	18,50
Número de Domicílios Particulares Permanentes	6.189
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	15,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,61

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Houve progresso nas dimensões escolaridade e, sobretudo, longevidade, que atingiu níveis superiores aos estaduais. Na dimensão riqueza, destaca-se o aquecimento das atividades econômicas.

Ranking 2000

76^o
Riqueza

142^o
Longevidade

567^o
Escolaridade

NUPORANGA

Nuporanga passou do Grupo 4 em 1992 e 1997 para o Grupo 3 em 2000, que engloba os municípios com bons indicadores sociais e de baixo desenvolvimento econômico. Apresentou avanços nos níveis de escolaridade, discreto aumento no indicador de riqueza, mas pequenos aumentos em algumas taxas de mortalidade.

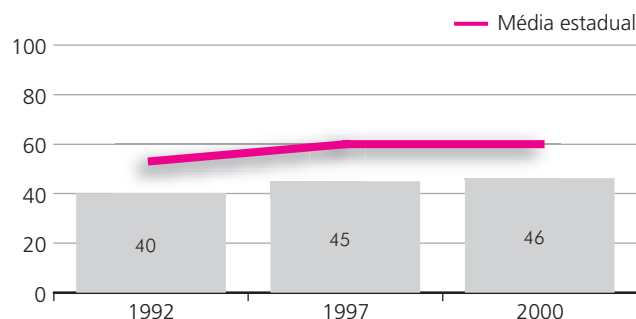


Riqueza: queda na atividade industrial

Nuporanga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 211^a

2000 – 191^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 9,0 MW para 11,2 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- manteve-se em torno de 2,0 MW, o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial;
- o rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 437 para R\$ 412;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 14.936 para R\$ 13.911.

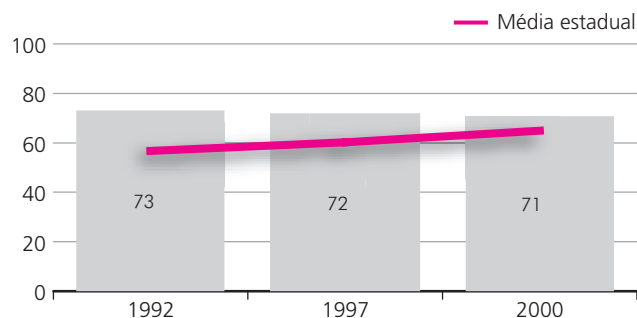
Tais resultados indicam pequeno crescimento nos setores primário e terciário do município e retração no valor adicionado e nos salários médios, o que não impediu o ganho de algumas posições no *ranking*.

Longevidade: aumento da mortalidade precoce

Nuporanga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 103^a

2000 – 180^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

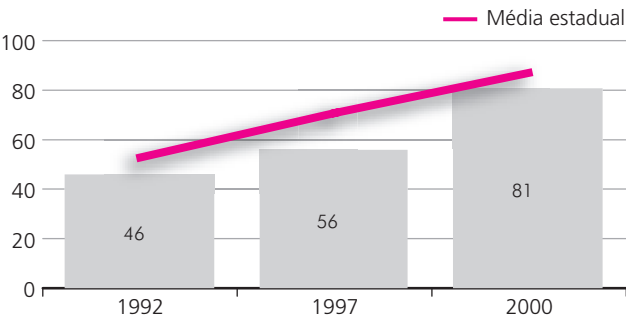
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 17,3 para 17,5;
- aumentou de 10,1 para 14,3 a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos);
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,9 para 2,1;
- queda de 36,7 para 28,6 da taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes).

Os indicadores de longevidade apontam um aumento de quase todas as taxas de mortalidade, com exceção da faixa da população acima de 60 anos, razão da perda de posições do município no *ranking* do Estado.

Escolaridade: aumento da alfabetização

Nuporanga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 499ª
2000 – 328ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 38,7% para 58,0% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino fundamental, a proporção elevou-se de 19,3% para 35,4%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 89,0% para 98,0%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,3% para 97,2%;
- aumentou a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental, de 2,6% para 6,6%.

Houve grande melhora no desempenho educacional do município, tanto nas taxas de alfabetização como dos concluintes dos ensinos fundamental e médio, embora ainda em patamares abaixo da média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.304
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	18,82
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.445
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações referentes à dimensão de riqueza municipal apontam crescimento nos setores primário e terciário e redução do valor adicionado e dos salários médios. Quanto aos indicadores sociais, houve aumento nas taxas de mortalidade infantil, perinatal e das pessoas entre 15 e 39 anos, e grandes avanços na escolaridade, principalmente da alfabetização, o que proporcionou a mudança para o Grupo 3 em 2000.

Ranking 2000

191ª Riqueza

180ª Longevidade

328ª Escolaridade

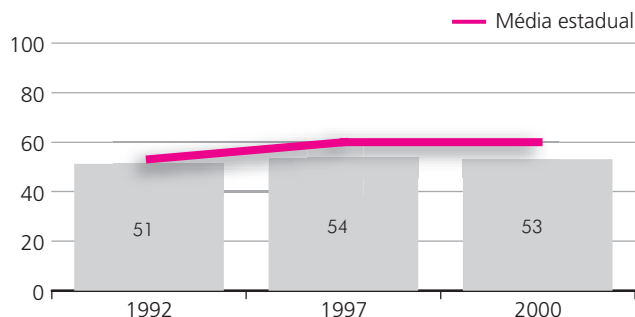
ORLÂNDIA

Orlândia manteve-se no Grupo 1, nas três edições do IPRS, de municípios com bons indicadores econômicos e sociais. Orlândia registra níveis crescentes na dimensão escolaridade. O indicador de riqueza manteve em relativa estabilidade e os de longevidade progrediram discretamente.



Riqueza: expansão da atividade industrial

Orlândia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 81^a
2000 – 82^a



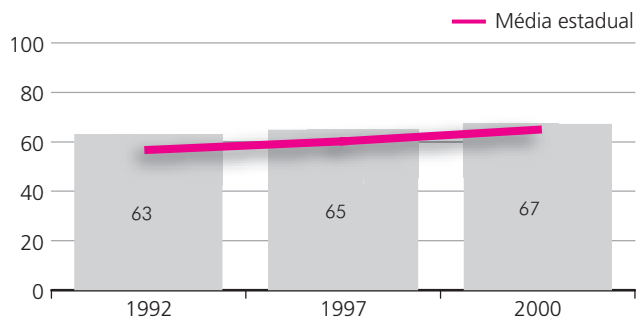
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 12,4 MW para 13,3 MW o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 2,5 MW para 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 632 para R\$ 574;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.962 para R\$ 5.310.

Os resultados indicam forte expansão das atividades industriais e pequeno crescimento nos demais setores da atividade econômica. Em contrapartida, observou-se queda nos rendimentos médios, o que provocou recuo de uma posição no *ranking* do Estado.

Longevidade: desempenho discreto

Orlândia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 268^a
2000 – 334^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 15,7 para 15,2;
- reduziu-se de 24,0 para 21,5 a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos);
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,2 para 1,4;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 41,6 para 38,9.

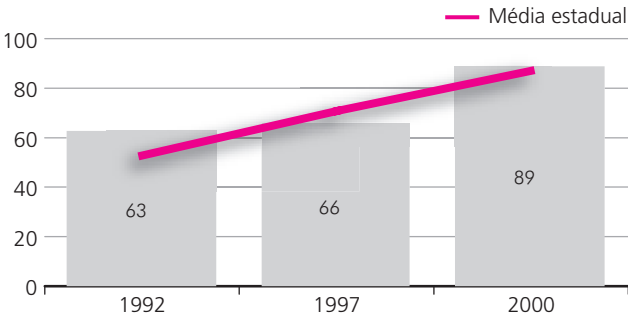
Observam-se discretas melhorias nas taxas de mortalidade infantil, perinatal e dos idosos, bem como aumento da taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos, geralmente ligada a causas externas.

Escolaridade: bons resultados

Orlândia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 271^a

2000 – 157^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 44,9% para 68,2%;
- a parcela de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 23,7% para 43,6%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 94,5% para 98,2%;
- a parcela de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo oscilou de 96,3% para 96,6%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental passou de 7,2% para 11,0%.

Esses indicadores mostram uma melhora no desempenho educacional do município, aproximando-se da média estadual em todas as variáveis, salvo as referentes à participação da rede municipal no ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	35.956
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	119,06
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.750
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na dimensão riqueza, destacam-se o crescimento das atividades do setor secundário e o tímido desempenho nas demais atividades, enquanto nas áreas sociais merecem destaque os relativamente bons resultados nos indicadores de escolaridade.

Ranking 2000

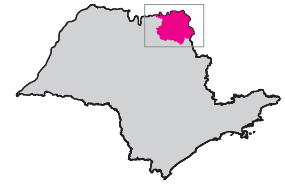
82^o
Riqueza

334^o
Longevidade

157^o
Escolaridade

PATROCÍNIO PAULISTA

Patrocínio Paulista, nas três edições do IPRS, classificou-se no Grupo 4, que reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. O município apresenta indicadores de riqueza estabelecidos abaixo da média do Estado, índices de escolaridade em crescimento e próximos da média, e os de longevidade com importante regressão.

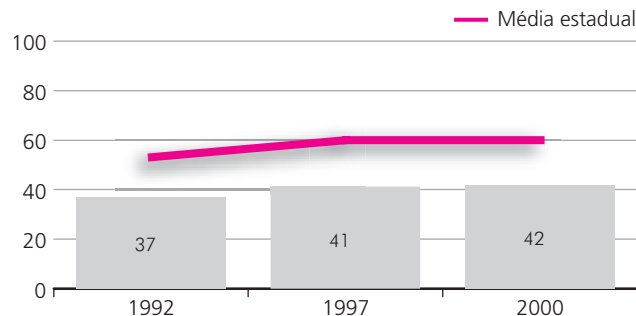


Riqueza: ganho da renda média do emprego formal

Patrocínio Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 306^a

2000 – 264^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços diminuiu de 10,0 MW para 8,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em torno de 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 388 para R\$ 446;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou queda de R\$ 3.026 para R\$ 2.697.

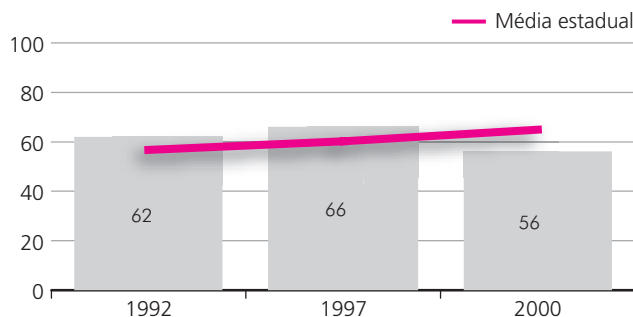
Esses resultados indicam queda das atividades econômicas setoriais. Apenas o aumento no rendimento médio do emprego formal e a estabilidade do consumo de energia elétrica residencial contribuíram para que o município subisse algumas posições no *ranking*.

Longevidade: aumento da mortalidade precoce

Patrocínio Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 231^a

2000 – 570^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

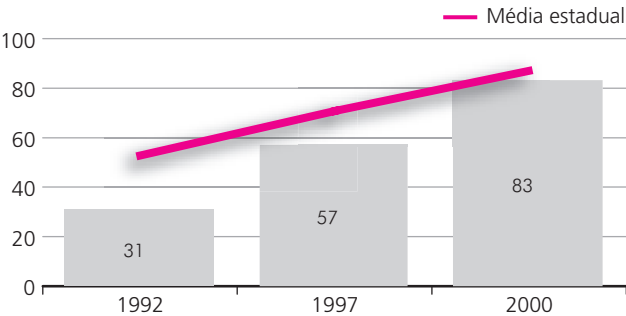
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou aumento de 13,3 para 24,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 22,8 para 32,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,2 para 1,3;
- a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 42,6 para 40,3.

O indicador de longevidade reflete o aumento considerável na mortalidade infantil e perinatal. A pequena redução da mortalidade dos maiores de 60 anos não impediu o grande recuo do município no *ranking* do Estado.

Escolaridade: bom desempenho no nível educacional

Patrocínio Paulista ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 482^a
2000 – 288^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumento de 34,8% para 65,5% da proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, a proporção cresceu de 19,6% para 40,3%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,1% para 94,0%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,7% para 95,4%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública de ensino fundamental retraiu-se de 52,2% para 48,9%.

Tais resultados revelam uma melhora na cobertura educacional entre jovens e adultos, com significativo aumento dos que concluíram os ensinos fundamental e médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	11.399
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	17,95
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.361
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, apesar da tendência de estagnação nos setores produtivos, ocorreu aumento na renda média do setor formal e crescente melhoria nos índices de escolaridade. A grande perda para Patrocínio Paulista foi o considerável aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal.

Ranking 2000

264^o
Riqueza

570^o
Longevidade

288^o
Escolaridade

PEDREGULHO

Há três edições do IPRS que Pedregulho mantém-se no Grupo 4, que reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Caracteriza-se por apresentar baixos indicadores de riqueza e índices de longevidade e escolaridade mais próximos das médias do Estado.

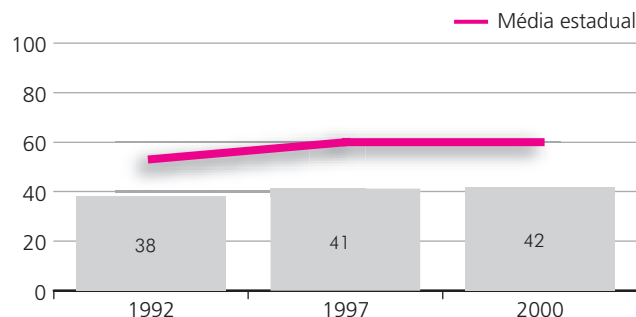


Riqueza: estagnação da economia

Pedregulho ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 300^a

2000 – 271^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 7,5 MW para 8,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em torno de 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 462 para R\$ 414;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou queda de R\$ 8.584 para R\$ 7.042.

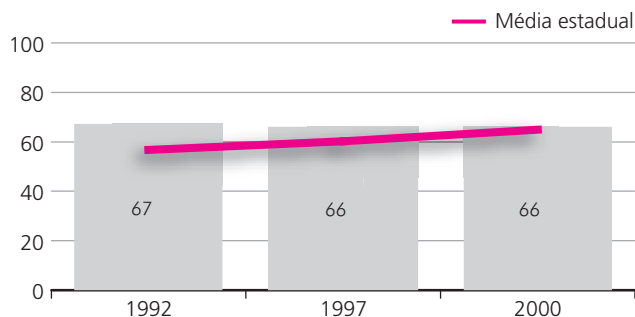
O crescimento das atividades dos setores primário e terciário mais que compensou as quedas nas atividades da indústria e dos rendimentos médios, permitindo ao município melhorar sua posição no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumento das taxas de mortalidade perinatal e de idosos

Pedregulho ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 250^a

2000 – 342^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou pequena queda de 20,9 para 19,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 18,4 para 20,4;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) caiu de 2,1 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 33,8 para 35,1.

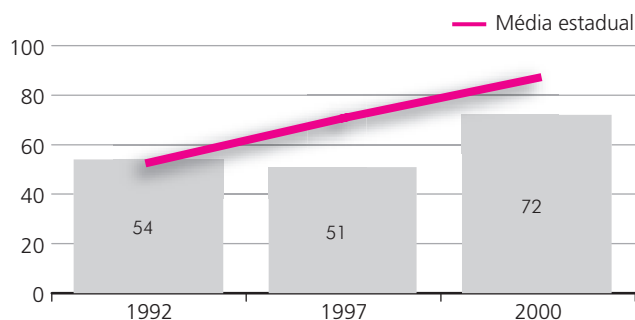
Estes resultados revelam que a estabilidade do indicador agregado de longevidade reflete a pequena queda da mortalidade infantil e adulta e o aumento da mortalidade perinatal e entre os idosos. Esses fatores foram determinantes no recuo da posição do município na classificação do Estado.

Escolaridade: bom desempenho no nível educacional

Pedregulho ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 577^a

2000 – 522^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 35,0% para 55,0%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 19,5% para 30,1%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 85,6% para 96,5%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo teve aumento de 94,3% para 94,5%;
- a participação da rede municipal no total da rede pública aumentou 1,4% para 1,8%.

Esses indicadores acusam melhora no desempenho educacional entre jovens e adultos. Foi significativo o aumento dos que concluíram os ensinos fundamental e médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	14.982
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	20,14
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.940
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações demonstram crescimento das atividades dos setores primário e terciário e retração na atividade industrial. Nas áreas sociais, o município apresentou melhor desempenho na dimensão escolaridade, já que não foi satisfatório na longevidade em razão do aumento das taxas de mortalidade perinatal e de idosos.

Ranking 2000

271^o
Riqueza

342^o
Longevidade

522^o
Escolaridade

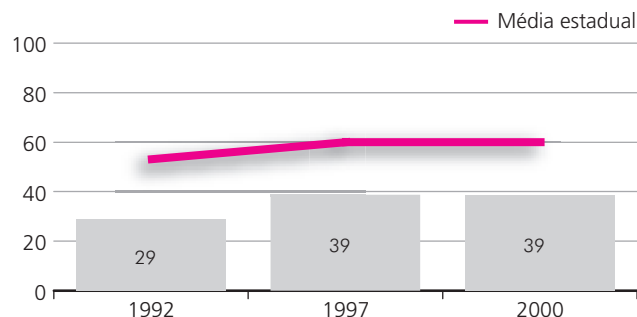
RESTINGA

Restinga, em 1992 e 1997, classificou-se no Grupo 5 e nesta edição do IPRS, no Grupo 4, dos municípios com baixo desenvolvimento econômico e em transição social. Essa mudança deve-se à melhoria dos indicadores de longevidade e de escolaridade, já que de riqueza manteve-se inalterado.



Riqueza: retração na indústria

Restinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 336^a
2000 – 347^a



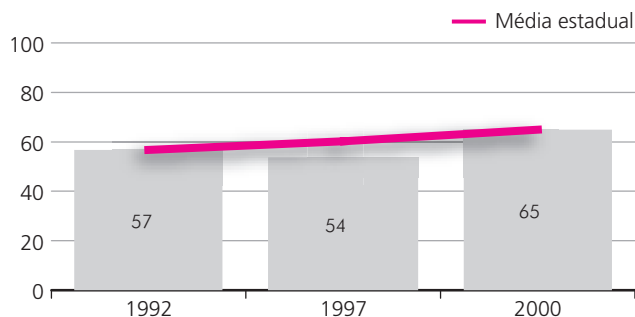
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 12,1 MW para 12,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal apresentou pequeno aumento, de R\$ 311 para R\$ 317;
- o valor adicionado *per capita* registrou queda acentuada de R\$ 4.433 para R\$ 2.709.

Mantiveram-se estagnadas as atividades vinculadas aos setores primário e terciário; na indústria, houve forte retração e os salários médios se elevaram. A conseqüente estabilidade do indicador de riqueza implicou perda de posições no *ranking*.

Longevidade: queda da mortalidade entre os idosos

Restinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 531^a
2000 – 380^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

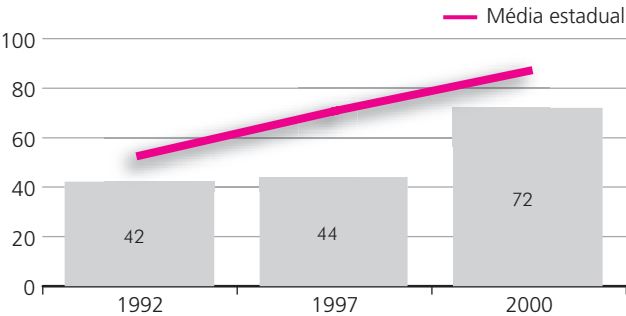
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou pequeno aumento de 31,0 para 31,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 28,1 para 20,5;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,6 para 1,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 43,5 para 30,8.

Tais resultados demonstram que o indicador de longevidade refletiu as quedas nas taxas de mortalidade perinatal, de jovens e adultos e dos idosos, que mais que compensaram a oscilação da mortalidade infantil, que é uma das mais altas do Estado.

Escolaridade: bom desempenho

Restinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 619^a
2000 – 523^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 23,6% para 49,1%;
- a proporção de pessoas de 20 a 24 anos que completaram o ensino médio, cresceu de 12,7% para 29,5%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 87,7% para 97,0%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo subiu de 93,5% para 95,1%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública aumentou de 47,5% para 48,3%;

Os resultados apontaram significativa melhora na dimensão escolaridade devido ao relevante aumento da cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora ainda distante dos níveis médios do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.572
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	21,68
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.092
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	15,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações revelam que a estagnação nas atividades dos setores primário e terciário e a retração na indústria não afetaram a evolução positiva dos indicadores sociais, que explica sua passagem para o Grupo 4 do IPRS.

Ranking 2000

347^o
Riqueza

380^o
Longevidade

523^o
Escolaridade

RIBEIRÃO CORRENTE

Ribeirão Corrente classificou-se no Grupo 5 nas três edições do IPRS, que agrega os municípios com baixo desenvolvimento econômico e social. Seus indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade permanecem em patamares inferiores à média do Estado.

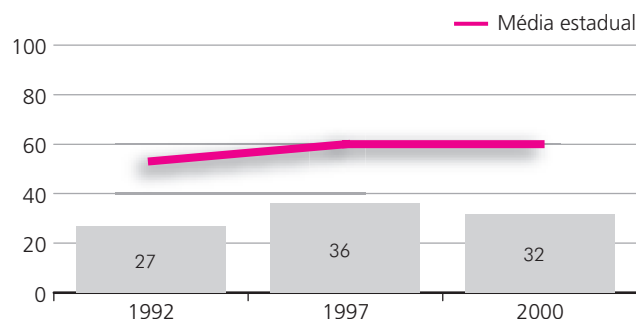


Riqueza: retração da indústria

Ribeirão Corrente ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 400^a

2000 – 513^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 5,8 MW para 6,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial caiu de 2,0 MW para 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 328 para R\$ 340;
- o valor adicionado fiscal *per capita* registrou queda de R\$ 2.702 para R\$ 1.917.

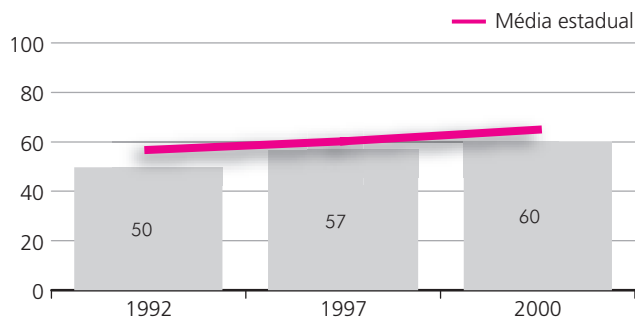
Esses resultados indicam pequeno crescimento nas atividades dos setores primário e terciário da atividade econômica, queda da atividade industrial e no consumo de energia elétrica residencial, e um pequeno aumento nos salários médios, fazendo o município recuar em sua posição no *ranking*.

Longevidade: redução da mortalidade precoce

Ribeirão Corrente ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 488^a

2000 – 482^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

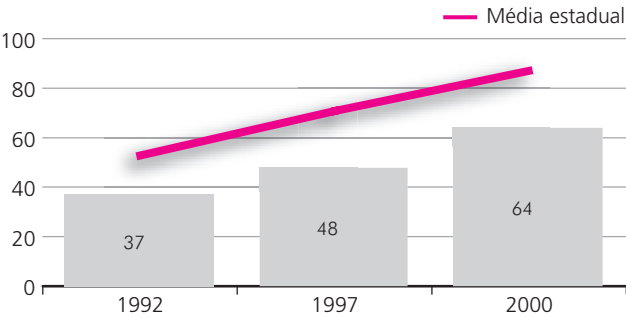
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou redução de 33,3 para 26,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 29,0 para 25,8;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,6 para 1,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou, de 28,4 para 38,2.

Apesar da redução nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, ainda encontram-se em patamares bem superiores às respectivas médias do Estado. Suas quedas permitiram ao município progredir no *ranking*, mesmo com o aumento da mortalidade entre os idosos.

Escolaridade: melhorias aquém do necessário

Ribeirão Corrente ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 592ª
2000 – 620ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 29,1% para 47,3%;
- a proporção de pessoas entre 20 e 24 anos que completaram o ensino médio cresceu de 17,2% para 27,8%;
- a proporção de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 87,5% para 96,2%;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,1% para 90,3%;
- a proporção da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública passou de 46,5% para 44,2%.

Tais resultados revelam melhora no desempenho educacional, embora o percentual de pessoas que concluíram os ensinos fundamental e médio ainda esteja muito abaixo das respectivas médias do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.874
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	25,32
Número de Domicílios Particulares Permanentes	778
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	98,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,6
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Mesmo com o crescimento dos indicadores das dimensões de escolaridade e longevidade, o município ainda situa-se em níveis muito inferiores às respectivas médias do Estado.

Ranking 2000

513ª
Riqueza

482ª
Longevidade

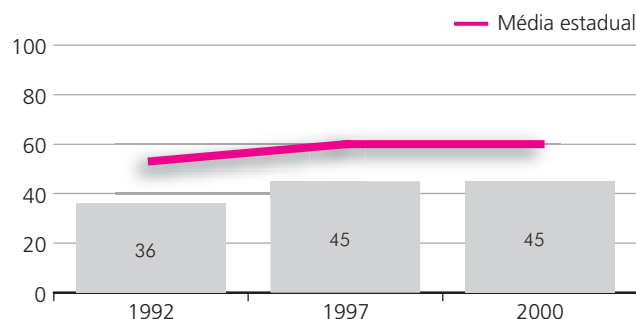
620ª
Escolaridade

Rifaina, que pertencia ao Grupo 4 nas edições do IPRS de 1992 e 1997, classificou-se no Grupo 5, em 2000, que reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e social.



Riqueza: retração das atividades industriais

Rifaina ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 210^a
2000 – 199^a



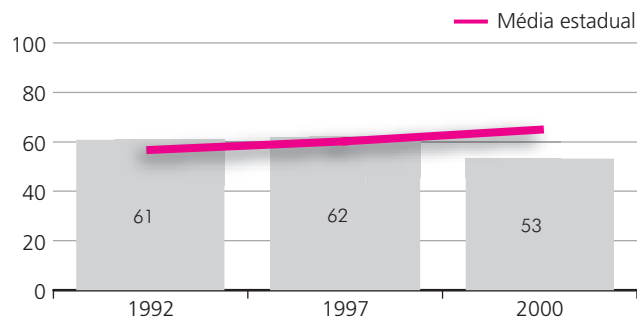
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,7 MW para 7,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação aumentou de 2,2 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 424 para R\$ 366;
- o valor adicionado fiscal per capita reduziu-se queda de R\$ 15.210 para R\$ 12.520.

Os resultados indicam algum crescimento das atividades dos setores primário e terciário e retração na indústria. Este comportamento, aliado à manutenção do consumo de energia elétrica residencial e à pequena redução do rendimento médio, permitiu que o município melhorasse sua posição no *ranking* do Estado.

Longevidade: aumento da mortalidade

Rifaina ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 359^a
2000 – 614^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

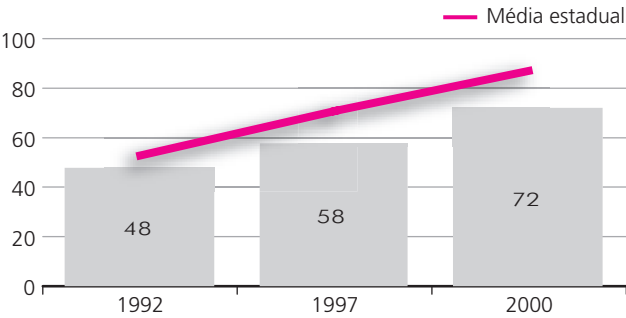
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentou aumento de 25,1% para 31,6%;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) elevou-se de 20,8% para 27,3%;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) caiu de 2,2% para 2,1%;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 31,6% para 42,4%.

Chama atenção o aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal, que apresentam valores muito acima das médias do Estado, embora esses resultados devam ser analisados com cautela, devido ao pequeno porte do município.

Escolaridade: melhorias aquém do desejável

Rifaina ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 453ª
2000 – 537ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 36,2% para 38,4% a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as de 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio, a proporção cresceu de 23,0% para 43,7%;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 88,5% para 91,6%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo reduziu-se de 96,1% para 95,8%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública variou de 37,0% para 35,8%.

Tais resultados revelam uma melhora no desempenho educacional, muito embora a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental, ainda se encontre em patamar bem inferior à média do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.321
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	19,31
Número de Domicílios Particulares Permanentes	876
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	89,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	97,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, apesar da estabilidade no indicador de riqueza e do progresso na dimensão escolaridade, a piora das taxas de mortalidade e a conseqüente queda observada no *ranking* da dimensão longevidade, contribuíram para que o município fosse classificado no Grupo 5 do IPRS.

Ranking 2000

199º Riqueza

614º Longevidade

537º Escolaridade

SALES OLIVEIRA

Sales Oliveira classificou-se no Grupo 4 do IPRS, em 1992, passando para o Grupo 3 nas edições de 1997 e 2000, que reúne os municípios com bons indicadores sociais e baixo desenvolvimento econômico.

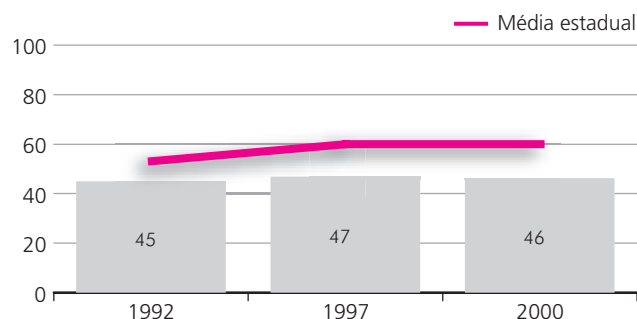


Riqueza: retração da indústria

Sales Oliveira ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 171ª

2000 – 198ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,0 MW para 11,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 2,2 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal registrou queda, passando de R\$ 513 para R\$ 456;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 5.723 para R\$ 5.268.

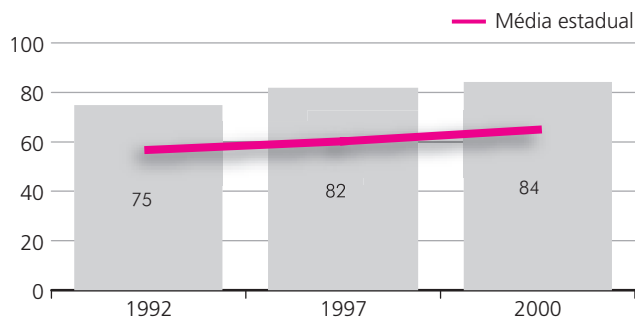
Estes resultados revelam pequeno crescimento nas atividades dos setores primário e terciário, retração no setor industrial e pequenas reduções no consumo de energia elétrica residencial e no rendimento médio, provocando perda de posição do município no *ranking* do Estado.

Longevidade: queda da mortalidade entre os idosos

Sales Oliveira ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 14ª

2000 – 10ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

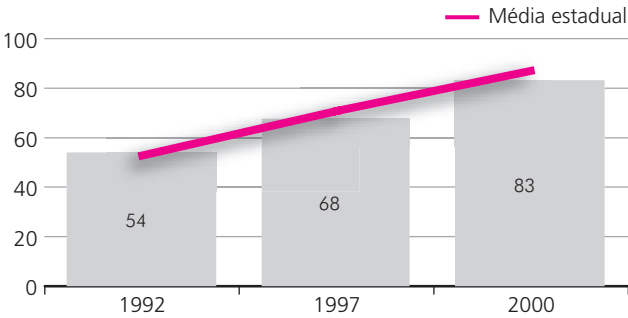
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 5,3 para 8,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 5,2 para 5,4;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,2 para 0,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 39,4 para 34,8.

Observam-se progressos nas taxas de mortalidade dos idosos e de jovens e adultos. Mesmo o pequeno aumento das mortalidades infantil e perinatal não impediu a melhora na já excelente posição do município no *ranking* estadual.

Escolaridade: desempenho aquém do desejável

Sales Oliveira ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 235^a
2000 – 294^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 45,3% para 67,0% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio, a proporção elevou-se de 23,1% para 38,1%;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,6% para 97,3%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo diminuiu de 98,0% para 95,0%;
- é inexistente a rede municipal de ensino fundamental.

O município registrou significativa melhora no desempenho educacional, principalmente entre os que concluíram os ensinos fundamental e médio, mas, neste último caso, o indicador ainda está abaixo da média do Estado. Isto, associado a uma relativa piora da alfabetização, fez o município perder posições no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	9.308
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	30,03
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.200
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	3,6
Indicador de Concentração de Renda ²	0,63

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, apesar da relativa estabilidade do indicador de riqueza, houve melhoria nos índices de escolaridade e discreto aumento no indicador de longevidade – entre as melhores do Estado –, que mantiveram Sales Oliveira classificado no Grupo 3 do IPRS.

Ranking 2000

198^o
Riqueza

10^o
Longevidade

294^o
Escolaridade

SÃO JOAQUIM DA BARRA

São Joaquim da Barra que pertencia ao Grupo 4, na edição do IPRS de 1992, passou para o Grupo 3 em 1997 e retornou ao Grupo 4, em 2000. Esse movimento, que colocou o município entre aqueles de baixo desenvolvimento econômico e em transição social, decorreu da perda de posições no *ranking* de longevidade, não obstante os ganhos obtidos na dimensão escolaridade.

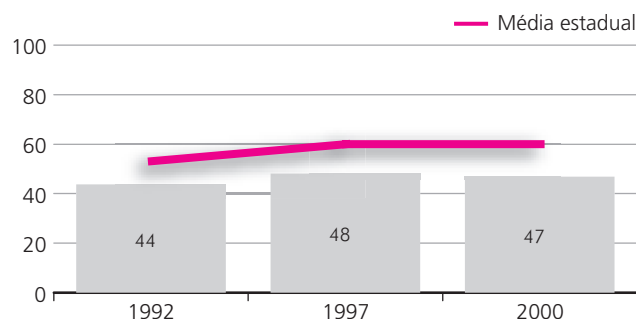


Riqueza: relativa estabilidade

São Joaquim da Barra ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 163^a

2000 – 174^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 8,8 MW para 9,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação manteve-se em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 571 para R\$ 494;
- o valor adicionado fiscal *per capita* também registrou queda, passando de R\$ 3.248 para R\$ 3.112.

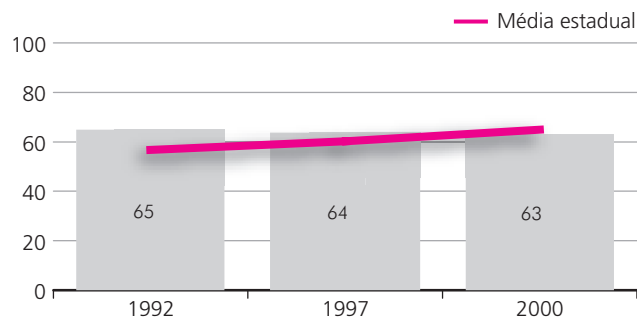
Esses resultados indicam discreto aumento nos setores primário e terciário, que, confrontado com a pequena retração da indústria e nos rendimentos médios, determinou o deslocamento da posição do município no *ranking* do Estado.

Longevidade: crescimento das taxas de mortalidade infantil e perinatal

São Joaquim da Barra ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 307^a

2000 – 435^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 18,0 para 19,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 19,3 para 20,6;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,7 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 45,7 para 45,5.

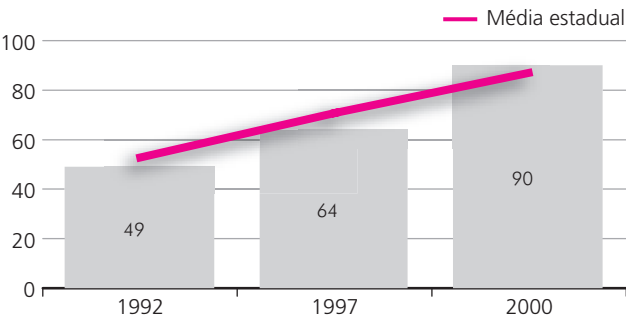
O aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal e a relativa estagnação nos outros dois indicadores, associados ao movimento de melhoria dessa dimensão para o total do Estado, implicou a expressiva perda de posições do município no *ranking*.

Escolaridade: avanços significativos

São Joaquim da Barra ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 319^a

2000 – 136^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 42,6% para 66,4% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio, a proporção elevou-se de 23,3% para 48,5%;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 92,8% para 96,8%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou de 96,7% para 97,0%;
- é inexistente a rede municipal de ensino fundamental.

Os resultados revelam melhoria no desempenho educacional, merecendo destaque a cobertura dos ensinos fundamental e médio, cujos valores ficaram acima das médias estaduais, o que determinou o avanço de posições do município no *ranking* geral.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	41.530
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	128,18
Número de Domicílios Particulares Permanentes	11.355
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,3
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

As informações mostram que, apesar da melhoria na dimensão escolaridade, São Joaquim da Barra apresentou redução nos indicadores de riqueza e principalmente longevidade, o que provocou sua classificação no Grupo 4 do IPRS.

Ranking 2000

174^o
Riqueza

435^o
Longevidade

136^o
Escolaridade

SÃO JOSÉ DA BELA VISTA

São José da Bela Vista classificou-se no Grupo 4, nas três edições do IPRS, que reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social, apesar dos progressos apresentados nos indicadores de escolaridade e longevidade e do melhor posicionamento no *ranking* dessas duas dimensões.

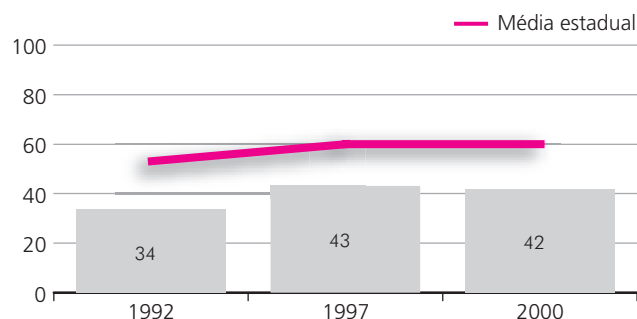


Riqueza: retração na indústria

São José da Bela Vista ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 246^a

2000 – 261^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 21,3 MW para 21,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em cerca de 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 410 para R\$ 361;
- o valor adicionado fiscal *per capita* também registrou queda, passando de R\$ 2.873 para R\$ 2.308.

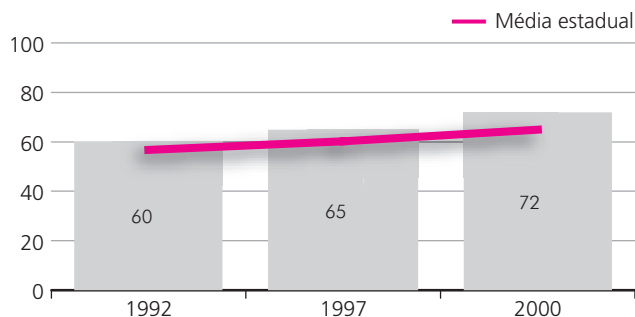
Esses resultados indicam relativa estabilidade nas atividades dos setores primário e terciário, que, associada à queda da atividade industrial e do rendimento médio do emprego formal, definiu a perda de posições do município no *ranking* do Estado.

Longevidade: significativas melhorias

São José da Bela Vista ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 278^a

2000 – 150^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu de 27,7 para 18,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 16,6 para 11,2;
- a taxa de mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas maiores de 60 anos (por mil habitantes) variou de 35,4 para 38,0.

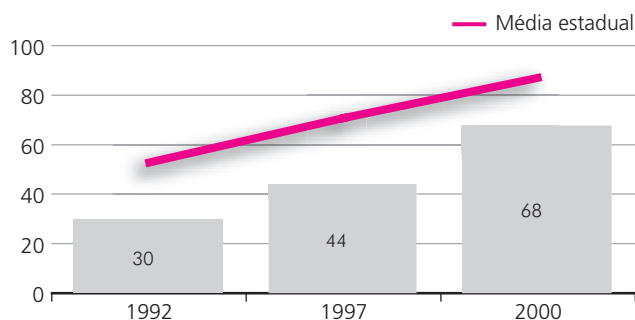
As reduções nas mortalidades infantil e perinatal e a estabilidade em patamares inferiores à média estadual da taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos explicam o significativo avanço do município no *ranking* do Estado.

Escolaridade: níveis insatisfatórios, porém crescentes

São José da Bela Vista ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 620^a

2000 – 582^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- aumentou de 30,5% para 50,7% a proporção de jovens de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental;
- entre as pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio, a proporção elevou-se de 18,6% para 33,4%;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 82,4% para 91,3%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou de 92,6% para 94,0%;
- é inexistente a rede municipal de ensino fundamental.

As informações mostram melhoria no desempenho educacional, embora as proporções de pessoas que completaram os ensinos fundamental e médio sejam inferiores às médias do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	8.066
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	27,53
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.874
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,70

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Apesar da relativa estagnação na dimensão riqueza, São José da Bela Vista apresentou melhorias nos indicadores sociais, principalmente no que diz respeito às reduções das taxas de mortalidade infantil e perinatal e dos progressos nos índices de escolaridade, porém não suficiente para classificá-lo em outro grupo.

Ranking 2000

261^o
Riqueza

150^o
Longevidade

582^o
Escolaridade